



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 40 - Nº 580 - DE 3 A 17 DE FEVEREIRO DE 2019 - R\$ 4,00

Viva as Conferências Regionais do POR!

Bolsonaro-Guedes preparam um ataque fulminante à previdência

Que as Centrais sindicais e movimentos rompam com o imobilismo

Organizar imediatamente a frente única contra a destruição da previdência



A mortandade em Brumadinho é obra do capitalismo

Avança o cerco imperialista sobre a Venezuela

Somente o proletariado e a maioria nacional oprimida podem derrotar a contrarrevolução

Ou as Centrais organizam imediatamente a luta contra a reforma da Previdência, ou Bolsonaro a imporá

Aprovar a reforma da Previdência é questão de vida ou morte para o governo de Bolsonaro. A burguesia de conjunto e o imperialismo contam com essa medida. Temer foi duramente criticado por não ter conseguido convencer o Congresso Nacional a aprovar o seu projeto. Mas, Temer deu uma grande contribuição aos exploradores com a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Cabe a Bolsonaro concluir os ataques desfechados pela ditadura civil de Temer. A liquidação do Ministério do Trabalho e, possivelmente, da Justiça do Trabalho, é consequência da reforma trabalhista. O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu ampliar ainda mais as alterações que destroem completamente a CLT.

Esses primeiros passos do governo Bolsonaro foram recebidos passivamente pelo PT, aliados e burocracia sindical. Sabe-se que a extinção do Ministério do Trabalho tem graves implicações para a exploração dos assalariados. A supressão de leis que, bem ou mal, protegiam a força de trabalho dá aos capitalistas um amplo poder sobre a maioria que depende do emprego. Por essa via, se rebaixa o valor geral da força de trabalho e se intensifica a sua exploração. É nessas condições que a reforma da Previdência completa o cerco à classe operária de demais oprimidos.

A equipe econômica de Bolsonaro considera o projeto de Temer como muito tímido. Avalia que é possível economizar muito mais promovendo alterações mais radicais no sistema previdenciário. Os feiteiros do Palácio do Planalto manipulam os dados para destruir as regras existentes e estabelecer outras, que agravam ainda mais as dificuldades para uma grande parte da população se aposentar. Não querem apenas aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição, bem como sujeitar o funcionalismo às normas do sistema geral (INSS), mas, também, implantar a forma de capitalização. Para Guedes, pode-se aproveitar o acordo alcançado no Congresso Nacional de elevar a idade mínima a 65 anos para homens e 62 para mulheres. Essa alteração, por si só, exigirá dos trabalhadores que despendam mais energia e desgaste de suas vidas, para receberem, no final das contas, uma aposentadoria miserável. O objetivo mais ambicioso, porém, é o de acabar com o denominado regime de repartição, que obriga os capitalistas a recolherem 20% sobre a folha de salários, e os trabalhadores, de 8 a 11% do salário, sendo o teto do INSS de R\$ 5.839,45. A imensa maioria não chega nem de longe a esse valor, sendo que milhões sobrevivem com apenas 1 salário mínimo. A capitalização substituirá esse sistema, por uma contribuição e conta individual. Assim, se retira da Previdência a responsabilidade do Estado. A ideia inicial era a de utilizar o modelo chileno, criado pela ditadura militar de Pinochet. Mas, os terríveis resultados nesse país assombram até mesmo setores da burguesia.

O Sr. Guedes, homem do capital financeiro, riquíssimo, informou que o governo está pensando em um modelo próprio, no qual os capitalistas também teriam de contribuir. Segundo informações, os empresários recolheriam 8,5% do salário dos empregados e estes, por sua vez, outros 8,5%, cuja somatória totalizaria 17%. A vantagem da burguesia é que economizaria 11,5%. Quanto aos trabalhadores, continuariam a pagar em média próximo ao que já pagam no sistema de repartição. Como se vê, os feiteiros estão à procura de uma fórmula que alivie o custo da folha de pagamento para os empresários. Não se trata, porém, de simples redução dos custos para os exploradores, mas, principalmente, da eliminação da responsabilidade do Estado, e a sua transferência para os bancos, que administrarão a massa financeira das capitalizações. O projeto Guedes mata dois coelhos com uma só cajadada.

Os militares e policiais exigiram ficar de fora da reforma, alegando particularidades da função. Agora, já se fala que também contribuirão para que a reforma da Previdência avance. Sobre esse assunto, não se conhece ainda que contribuição seria essa. Mas, sabemos, antecipadamente, que o aparato de repressão não sofrerá restrições tão duras quanto as dos trabalhadores. Ao contrário do que dizem sobre suas funções especiais, seu lugar na sociedade é de parasitas, uma vez que nada produzem, e que não fazem outra coisa a não ser proteger a propriedade privada dos meios de produção e garantir a brutal exploração do trabalho. A aristocracia que forma a burocracia do Estado continuará com seus privilégios.

O PT e as centrais, que controlam a maior parte dos sindicatos e movimentos, estão presos ao calendário de votação da Previdência no Congresso Nacional. Em vez de prepararem com antecedência uma resposta ao brutal ataque, anunciado pelo governo, esperam o retorno dos parlamentares e a abertura da discussão no legislativo. Assim se comportam porque não se contrapõem taxativamente à reforma da Previdência. Pretendem tão somente negociar seus termos, por meio da bancada oposicionista. Lembremos que o próprio Haddad afirmou, durante a campanha eleitoral de 2018, que uma reforma da Previdência era necessária. Essa linha determina a passividade das centrais e dos movimentos.

A bandeira da classe operária é a de “Abaixo a reforma de Bolsonaro/Guedes”. Convocar as assembleias nos sindicatos, locais de trabalho e bairros. Constituir os comitês de base locais, regionais e nacionais. Pôr em pé uma frente única de ação direta contra a reforma da Previdência. Aprovar uma plataforma de reivindicações contra o desemprego, a redução dos salários, a miséria e fome. Combater a reforma trabalhista e a terceirização. Dar passos concretos para construir uma greve geral.

Repudiar a hipócrita indignação da burguesia e das autoridades governamentais

A mortandade em Brumadinho é obra do capitalismo

Por um comitê de emergência constituído pelos explorados

Expropriação e reestatização imediata da Vale, sem indenização, e sob o controle operário!

29 de janeiro de 2019

Já se tem como certo que o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale do Rio Doce será a maior tragédia humana e ambiental sofrida pelo País. São 65 mortos identificados e 279 desaparecidos. Logo mais, o País terá a confirmação de 344 mortos. O fato de ser o segundo rompimento de barragem, pouco mais de três anos do mar de lama e rejeitos que cobriram o vale do córrego Santarém, e que invadiu o caudaloso Rio Doce, atesta a criminoso responsabilidade da Vale.

A repetição da tragédia evidencia a ausência de medidas capazes de garantir a segurança das barragens, que suportam milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos de mineração. Essa é a constatação imediata. Especialistas, autoridades, ativistas ambientais e comentaristas convergem na denúncia de que faltou fiscalização, e de que a direção da empresa não cumpriu a lei que rege a atividade mineradora. A denúncia de conivência dos governantes do estado de Minas Gerais com a mineradora é feita a boca pequena e de maneira colateral. Atribui-se a repetição do “desastre humano e ambiental” como consequência da falta de punição dos responsáveis pelos acontecimentos de novembro de 2015, em Mariana. De maneira que a Vale não foi obrigada a refazer as barragens consideradas de baixo custo e alto risco.

Os porta-vozes da indignação burguesa não podem ir além da constatação revelada pela ruptura da barragem Fundão. Observa-se que repetem os mesmos argumentos de três anos atrás. Desta vez, pedem a prisão dos responsáveis, como se se tratasse simplesmente de maus administradores. Como satisfação à “sociedade”, a justiça de Minas Gerais expediu mandado de prisão temporária de 2 engenheiros e 3 administradores. O gabinete de crise, montado pelo governo Bolsonaro, sobre a responsabilidade de Mourão, anunciou a intenção de pedir a destituição da diretoria da Vale, até que se concluam as investigações. É mais do que evidente a responsabilidade da empresa.

Não está esclarecido quem são os responsáveis pela escassa, ou ausência de fiscalização, ou então pela má fiscalização. Sabemos perfeitamente que os fiscais podem ser comprados. Sabemos, também, que não há interesse do Estado em garantir uma

fiscalização ostensiva e eficaz. É assim, não apenas porque implica alto gasto com a fiscalização, mas principalmente porque o poder econômico das grandes empresas influencia as decisões governamentais, direta ou indiretamente. Não há dúvida de que não haverá uma investigação que chegue ao governador de Minas, a parlamentares e autoridades judiciais. Isso para circunscrever o problema ao estado rico em minérios e que, por isso, sedia a Vale do Rio Doce. A noção de responsabilização conferida pelo ordenamento jurídico-burguês se limita a reconhecer



No elo da cadeia de responsabilidade pela mortandade, se encontra o capital financeiro. Vinculados aos banqueiros, fundos de investimentos e empresários da mineração (nacionais e estrangeiros), estão os governantes. Está aí por que as investigações e punições não passarão do elo mais baixo da cadeia de responsabilidade.

um elo de uma cadeia maior que determina o fenômeno. Caso se investigasse até as últimas consequências a tragédia de Mariana, seria possível identificar as soluções necessárias que evitassem a de Brumadinho. No entanto, não era possível levar adiante as revelações dos elos causais, porque se chegaria ao centro do poder do Estado e do grupo econômico que controla a Vale.

A poderosa mineradora passou das mãos do Estado, em 1997, para a do capital financeiro. O governo de Fernando Henrique Cardoso atendeu aos interesses de bancos nacionais e estrangeiros, que atuaram por meio do capitalista Benjamin Steinbruch, que havia se apossado da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), privatizada em 1993. É preciso mostrar à população quem são os verdadeiros proprietários da Vale. Um deles é grupo Valepar, controlado pelo Bradesco. O capital estrangeiro, por sua vez, constitui a outra força, entre ele, o

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**



fundo do mega investidor George Soros. Não é preciso detalhar a composição entre o capital nacional e o estrangeiro no domínio das vastas reservas de minérios de ferro do País. No elo da cadeia de responsabilidade pela mortandade, se encontra o capital financeiro. Vinculados aos banqueiros, fundos de investimentos e empresários da mineração (nacionais e estrangeiros), estão os governantes. Está aí por que as investigações e punições não passarão do elo mais baixo da cadeia de responsabilidade.

A privatização da Vale foi um crime do governo do PSDB contra a economia nacional. A utilização do BNDES para financiar a juros subsidiados a entrega das jazidas estratégicas de minérios continua sendo parte da explicação do por que a mineradora não se interessou em cuidar da segurança de seus trabalhadores, da população e da natureza por ela saqueada. É mais difícil ver o caráter de classe das tragédias de Mariana e Brumadinho. Aí está, porém, a fonte de onde emana a exploração da natureza e do homem. A campanha de crítica e responsabilização da direção da Vale oculta, precisamente, os mais importantes responsáveis pelos acontecimentos devastadores.

A burguesia e seus governos, que vêm entregando as estatais e as fontes naturais de riqueza ao capital financeiro, se apoiam no fundamento econômico da concentração monopolista e da alta lucratividade. Não há catástrofe econômica e social que não expresse o predomínio do capital financeiro parasitário e da grande propriedade privada dos meios de produção. A agressiva penetração do capital imperialista nas bases da economia brasileira condiciona esse quadro de relações. A brutal exploração do trabalho, o frenético saque das fontes de matérias-primas e a anarquia da produção social explicam, em última instância, o soterramento de centenas de pessoas, animais, rios e vegetação. Esperando a comoção das massas, os porta-vozes da burguesia se encarregam de canalizá-la para

A brutal exploração do trabalho, o frenético saque das fontes de matérias-primas e a anarquia da produção social explicam, em última instância, o soterramento de centenas de pessoas, animais, rios e vegetação. Esperando a comoção das massas, a burguesia se encarrega de canalizá-la para explicações e soluções que ocultam as raízes de classe, os capitalistas responsáveis e seus governantes capachos.

explicações e soluções que ocultam as raízes de classe, os capitalistas responsáveis e seus governantes capachos.

A desorganização da classe operária permite que esses canalhas manipulem o sentimento das famílias atingidas e evitem um levante dos explorados em Minas Gerais e em todo País. Em momentos assim é que vemos o quanto o PT compartilha da responsabilidade de Mariana e Brumadinho. Não só porque governou o estado de Minas até ontem, e exercia a presidência da República em 2015, mas fundamentalmente por ter mantido a classe operária desorganizada, e suas organizações sindicais sub-

metidas à política de conciliação de classes. Agora, o governo Bolsonaro se acha livre da responsabilidade, sob o argumento de que acaba de tomar posse. Ao contrário, passa a ser um dos maiores responsáveis, uma vez que já mostrou sua complacência com o capital financeiro, que controla a Vale. O seu Gabinete de Crise nasceu comprometido com os interesses da mineradora.

Se a classe operária e os demais explorados não se erguerem com uma resposta própria, acontecerá com Brumadinho o que aconteceu com Mariana. O ponto de partida está em identificar a tragédia como consequência do capitalismo em decomposição. O que exige rechaçar as explicações montadas pela imprensa monopolista, e as falsas soluções apresentadas pelos poderes do Estado. As centrais sindicais, os movimentos e as esquerdas que se reivindicam do socialismo devem levantar a bandeira de expropriação imediata da Vale, se indenização, sob o controle operário da produção. As famílias atingidas devem ser urgentemente indenizadas e protegidas pelo governo de Minas e pelo governo federal. Assembleias devem ser convocadas, e constituído um comitê de emergência, sob a direção da classe operária, para apurar a responsabilidade do capital financeiro, seus agentes e seus serviçais.



Recrudesce o confinamento de Lula

Arrancar Lula da prisão!

A ordem da polícia e do judiciário é de evitar, cada vez mais, o contato de Lula com representantes do PT, e mesmo com figuras alheias ao petismo. Essa é uma forma de impossibilitar que Lula continue exercendo influência política. A sua capacidade de interferir nas eleições em favor da candidatura de Haddad mostrou que o gigantesco escândalo montado pela Operação Lava Jato, sob a condução do juiz Sérgio Moro, e a sua prisão, não romperam os laços de milhões brasileiros com o caudilho. Desde o cárcere de Curitiba, Lula colocou o candidato petista no segundo turno, reduzindo sensivelmente a diferença em relação a Bolsonaro. O objetivo de sua prisão foi o de inviabilizar o retorno do PT à presidência da República, depois do golpe de Estado de 2016. As frações burguesas, que já não aceitavam a condução do Estado pelo PT, e todo aparato governamental, sob a ditadura civil de Temer, tinham claro que a candidatura de Lula era de alto risco para o continuísmo. Seria um desastre político, após um golpe de Estado, reconduzir o PT ao mesmo posto do qual havia sido expulso. Nisso concentra o caráter arbitrário e autoritário do encarceramento do ex-presidente.

O problema, no entanto, não foi resolvido com o simples afastamento de Lula da vida política. A permanência de sua ascendência a amplas camadas das massas, principalmente das mais oprimidas, denuncia, por si só, o método político-policial de sua prisão.

A juíza Carolina Lebbos Moura está encarregada de recrudesce o confinamento de Lula. Os coíotes do Ministério Público, por sua vez, pressionam o judiciário a não permitir a movimentação do petista, que possa se projetar do cubículo da Superintendência da Polícia Federal para o seu exterior. A

juíza acatou o pedido do Ministério Público Federal de cancelar “o direito especial para que Haddad fosse nomeado como defensor jurídico do ex-presidente” e “determinou que o petista terá direito apenas a uma visita religiosa por mês”. A restrição objetiva impedir a manutenção da relação política de Lula com o PT. As constantes visitas de líderes religiosos foram consideradas como distintas da assistência religiosa ao preso, ou seja, não serviam para alentar a espiritualidade, mas sim promover relações políticas.

A maior prova de que avança a orientação de isolamento de Lula se observa na negação ao seu pedido de comparecer ao velório de seu irmão Vavá. Lembrou-se que, em 1980, por ocasião da greve metalúrgica, Lula foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e preso. Mesmo assim, a ditadura militar permitiu que comparecesse no enterro de sua mãe. Ocorre que se transformou em uma manifestação pela libertação do dirigente da greve. Ecoou no cemitério o grito coletivo de “Queremos Lula Livre”. Agora, o aparato repressivo da burguesia não queria que o mesmo se passasse, com manifestantes erguendo a bandeira de “Lula Livre”.

Está claro que Bolsonaro, Mourão, Heleno e Moro tudo farão para que Lula defina na prisão. É passada a hora do PT abandonar a via judicial, suficientemente explorada e exaustivamente empenhada na prisão de Lula. É bom lembrar a interferência do ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, para que o STF não concedesse um pedido de habeas corpus. O novo ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, por seu turno, segue a mesma linha ditatorial. Nas atuais circunstâncias, somente um movimento das massas, em choque com os ataques de Bolsonaro, poderá arrancar Lula da prisão.

Denúncia

Por que Toffoli expediu uma autorização tão estúpida e provocadora

Diante da decisão da juíza Carolina Lebbos de impedir Lula de ir ao velório do irmão, os advogados do PT recorreram ao Supremo Tribunal Federal. Dias Toffoli, presidente do STF, autorizou que Lula fosse ver seus familiares em um quartel. Caso quisesse se despedir do irmão, o corpo poderia ser trasladado até o local. Para isso, o enterro deveria ser adiado. Lula, simplesmente, rechaçou essa farsa.

A autorização do ministro do STF é pior que a proibição. Acabou sendo uma provocação grotesca. Assim se passou porque Lula é um importante preso político. Os agentes da burguesia o trancafiaram para acabar com sua militância petista, e romper sua ligação com um grande contingente da população, que o venera independentemente do fato de ter realizado um governo a serviço da própria burguesia.

A justiça de Moro libertou os empresários que promoveram a ampla corrupção no interior do Estado. Prevaleceu, assim, o poder econômico sobre a Lava Jato, o juiz Moro e toda a justiça. É

bom recordar que o ex-senador Aécio Neves foi desmascarado em sua relação promiscua com a JBS e, no entanto, está bem solto para exercer o novo mandato de deputado. O ex-presidente Temer, que foi denunciado pelo Ministério Público, sob provas incontestáveis, continua fingindo inocência. O resultado final da mega investigação se reduziu à perseguição do PT.

O fato de Lula se ter corrompido na política burguesa não justifica a ação discricionária e autoritária do aparato do Estado, que é manejado pelos adversários do petismo. Está aí por que é necessário denunciar tais arbitrariedades e lutar pela libertação do dirigente petista. Lula iniciou sua militância no Sindicato Metalúrgico, e dali se projetou para a política eleitoral. Esteve à frente da formação do PT e da fundação da CUT. A sua origem social e a sua ascensão à presidência da República, apoiado nas massas que acreditaram na possibilidade de reformas a seu favor, explicam por que é necessário defender a sua libertação. Cabe somente à classe operária e demais explorados condenarem Lula.

O significado das ameaças a Jean Wyllys

O deputado do PSOL, reeleito para o terceiro mandato, comunicou sua decisão de não assumir o posto, em virtude de ameaças de morte. Alegou: *“preservar a vida ameaçada é também uma estratégia da luta por dias melhores”*. Importante militante do PSOL, também eleito deputado federal, Marcelo Freixo, confirmou a decisão de Wyllys e explicou: *“A decisão de deixar o Brasil é sintoma deste tempo sombrio em que o ódio tomou a política”*. Bolsonaro comemorou como *“um grande dia”*. Seu filho, vereador Carlos Bolsonaro, compartilhou da alegria do pai: *“Vá com Deus e seja feliz!”*. Rodrigo Maia, que provavelmente continuará na presidência da Câmara de deputados, elogiou Wyllys, apesar de ser um adversário e afirmou: *“Nenhum parlamentar pode sentir-se ameaçado, ninguém pode ameaçar um deputado federal e sentir-se impu-*

Jean Wyllys nunca foi revolucionário. Destacou-se pela coragem de assumir sua sexualidade homossexual e trabalhar pela causa do movimento LGBT. Bateu-se contra o homofóbico Jair Bolsonaro. Ficou famosa a cusparada no parlamentar direitista. Tudo indica, portanto, que as ameaças vêm dos fascistas que não admitem a homossexualidade como expressão da natureza. A vitória de Bolsonaro, apoiado no obscurantismo religioso dos evangélicos, potencia a direita fascizante, que se abriga em camadas da classe média ultraconservadora.

A fuga de Wyllys é uma perda para o movimento LGBT, que o tinha como um dos principais porta-vozes da luta contra a discriminação, assassinatos e outras consequências nefastas da homofobia. O mais importante, porém, é que alenta as forças ditatoriais,

que chegaram ao poder, e que utilizarão os métodos da intimidação e do terror. O assassinato de Marielle foi um dos sintomas. É bom lembrar, também, o atentado contra a caravana do PT, no Paraná. A prisão de Lula é parte da tendência geral de direitização da política burguesa e do encorajamento de agrupamentos fascistas que ficaram por um bom tempo ocultos.

A declaração de Freixo, de que *“o ódio*

tomou a política” é tipicamente pequeno-burguesa, de quem aspira a concórdia na divergência. Os reformistas, que têm a conciliação de classes como fundamento de sua política, ficam assombrados quando a polarização e a luta de classes se convertem em principal fator social, impulsionado pela crise do capitalismo.

É preciso que os movimentos defendam a vida de Jean Wyllys. Mas não podemos aceitar a fuga, que reflete um estado de debilidade e de covardia. A ditadura de Bolsonaro é uma ameaça a toda a vanguarda, às correntes de esquerda, aos sindicatos, ao MST e demais movimentos. O que temos a fazer é preparar a resistência, constituindo os comitês de luta e erguendo uma frente única anti-imperialista. Teremos, logo mais, um embate com a reforma da Previdência. As centrais sindicais estão muito atrasadas na tarefa de preparar a resposta nacional. É com organização independente e com os métodos da classe operária que enfrentaremos os ataques da burguesia e de sua direita fascizante.

É preciso que os movimentos defendam a vida de Jean Wyllys. Mas não podemos aceitar a fuga, que reflete um estado de debilidade e de covardia. A ditadura de Bolsonaro é uma ameaça a toda a vanguarda, às correntes de esquerda, aos sindicatos, ao MST e demais movimentos. O que temos a fazer é preparar a resistência, constituindo os comitês de luta e erguendo uma frente única anti-imperialista.

ne”. O vice-presidente, Hamilton Mourão, duvidou da acusação de Wyllys: *“quando a gente diz que está ameaçado tem de dizer por quem, como. Vamos aguardar”*. O direitista fascizante procurou amenizar sua declaração, dizendo que *“quem ameaça parlamentar está cometendo um crime contra a democracia”*.

Pelo visto, o parlamentar do PSOL contabilizou o perigo das ameaças depois do assassinato de Marielle Franco e de seu motorista. Até hoje, a polícia e a justiça do Rio de Janeiro não fazem outra coisa senão prometer a solução do crime político. Sabe-se que as milícias, que funcionam como um braço gangsteril da Polícia Militar, estão metidas no caso. As últimas informações sobre o possível vínculo do filho de Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro, com as milícias, por intermédio de seu ex-assessor, Fabrício Queiroz, e do ex-policial Adriano Nóbrega, indicam o grau de putrefação da política burguesa. A conduta do presidente da República, do seu vice Mourão e do senador Flávio Bolsonaro se aproxima de um tipo de política marginal.

QUAL “UNIDADE DO CAMPO PROGRESSISTA?”

Marcelo Freixo informou que o PSOL decidiu por sua candidatura à presidência da Câmara de deputados. Provavelmente, concorrerá com Rodrigo Maia (DEM), que se dispôs servir ao governo de Bolsonaro. A candidatura de Freixo não tem como vencer. Ele deixa claro que não é esse o objetivo. Acredita poder reunir PT, PDT, PCdoB, PSB e Rede em um bloco oposicionista. Certamente, é muita pretensão do PSOL. Talvez almeje fazer parte das negociatas em torno da candidatura à presidência.

O que importa, no entanto, não são as pretensões, mas a posição política de Freixo. Pensa em *“ajudar a buscar uma unidade do campo da esquerda progressista, na defesa da democracia e no combate às desigualdades”*. De fato, a maior probabilidade é a do PSOL ser

arrastado pelo PT, ou até mesmo pelo PDT, PCdoB e PSB, que já anunciaram a intenção de formar um bloco oposicionista.

A *“unidade do campo da esquerda, progressista”* é burguesa por seu conteúdo de classe. PT, PDT, PSB e Rede são variantes partidárias da política de sustentação do capitalismo. O PCdoB estalinista é um partido pequeno-burguês degenerado por sua subserviência ao Estado. Os dois pontos para constituir tal unidade, indicados por Freixo, respondem à política do reformismo. A *“defesa da democracia”* conduz à manutenção do Estado burguês. É preciso que se diga que a mais perfeita democracia não passa de um regime pelo qual a classe capitalista mantém os explorados sob seu controle e pelo qual exerce sua ditadura

de classe. Em particular, a democracia no Brasil se caracteriza por expressar a formação oligárquica da burguesia brasileira. O outro objetivo, que é o “*combate da desigualdade*”, reflete o sonho de todo reformista. Essa variante da política burguesa almeja desconcentrar o poder econômico, e promover uma distribuição a favor dos pobres. Consciente ou inconscientemente, pensa ser possível arrefecer a tendência à acumulação crescente de capital, de um lado, e à expansão da pobreza e miséria das massas, de outro. A experiência com o PT, que se apoiou precisamente na tese de democratizar o País e de reduzir as desigualdades e as injustiças sociais, deveria ter ensinado aos pretensos socialistas a não repetir essa fórmula tão surrada. Os reformistas, mais ou menos radicais, se tornam parte da democracia oligárquica e se submetem aos ditames da grande propriedade privada dos meios de produção e do capital financeiro.

Freixo entende que a democracia está em perigo, devido ao fanatismo que poderá prevalecer na nova composição do Congresso Nacional. Confessa: “*eu tenho um profundo respeito pelo pensamento conservador, mas o fanatismo, seja ele qual for, na política, é sempre historicamente prejudicial*”. Essa forma abstrata de se colocar diante das mudanças que vêm ocorrendo desde o golpe de Estado de 2016, e que culminou com a vitória da ultradireita, oculta o conteúdo de classe do conservadorismo e do fanatismo. Freixo não foi até o fim em sua ideia de que

há fanatismo de direita e de esquerda. A expressão concreta do fanatismo, nas condições atuais, se verifica no obscurantismo religioso, que serve de fundo ideológico ao bolsonarismo. Esse fenômeno é parte da decomposição da política burguesa, de um lado, e da impotência do nacional-reformismo petista, de outro. Não será com boas intenções parlamentares, e com a formação do tal bloco progressista, que se derrotará a marcha ascendente da ultradireita. O “*profundo respeito pelo pensamento conservador*”, cultivado por Freixo, corresponde a uma das variantes da política burguesa.

O PSOL, tal qual o PT, pretende a formação de uma frente democrática. Caso chegue a estruturá-la, canalizarão o choque dos explorados com o governo de Bolsonaro para as disputas e decisões parlamentares. Essa via apresentada por Freixo é de colaboração de classe e de subserviência à democracia oligárquica. A tarefa colocada pela situação é distinta e contrária à da unidade do bloco progressista. Trata-se de organizar o movimento de frente única contra os ataques de Bolsonaro às massas e à economia nacional. É preciso retomar o movimento de março e abril de 2017, certamente sob novas bases. Uma bandeira imprescindível é a da independência nacional diante da subserviência do Brasil às diretrizes do imperialismo norte-americano e, evidentemente, de todo o imperialismo. É preciso trabalhar por constituir uma frente única anti-imperialista.

Os vínculos de Flávio Bolsonaro com a criminalidade são mais amplos do que se imaginava

Tudo começou com a divulgação de dados de transações bancárias de Flávio Bolsonaro e seu ex-assessor na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Fabrício Queiroz, pelo Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Inúmeros deputados contratam assessores com altos salários e uma parte dos ganhos é extorquida. Em meio a essa investigação, descobriu-se a prática fraudulenta e criminosa de Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz. A mulher do agora presidente Jair Bolsonaro comparece implicada. Há provas de que Jair Bolsonaro mantinha relações pessoais com o chefe da milícia Adriano da Nóbrega. Não se sabe até onde o próprio presidente está mancomunado com o esquema.

O que parecia ser um caso comum de utilização dos cargos de assessoria para desviar dinheiro em favor do deputado contratante, de repente, se descobriu que era muito mais grave, em se tratando de Flávio Bolsonaro. Além de familiares do ex-assessor Queiroz, fizeram parte da folha de pagamento do gabinete de Flávio Bolsonaro a mulher e a mãe do ex-policial Adriano da Nóbrega. Esse personagem é um dos chefes de uma das milícias mais influentes do Rio de Janeiro. A pergunta que inevitavelmente se faz diante da revelação é qual o vínculo de Flávio Bolsonaro com esse braço criminoso, que surgiu e desenvolveu de dentro da polícia militar. O deputado explicou que essas pessoas foram indicadas por Fabrício Queiroz. O que não diz nada, uma vez que o ex-assessor é parte de um problema maior que o simples desvio de dinheiro público. Tudo indica que se trata de uma quadrilha, que somente não foi exposta publicamente porque se procura preservar o governo de Bolsonaro e o próprio mandato de senador de Flávio.

Em ocasiões muito bem datadas, o deputado da Alerj fez a defesa das milícias, como se essas fossem úteis à sociedade, exterminando criminosos. Na realidade, as milícias disputam espaço com o crime

organizado, servindo-se da cobertura da instituição policial.

O policial militar Adriano da Nóbrega, procurado pela justiça, foi homenageado por Flávio Bolsonaro, como um herói do combate ao crime. O filho de Bolsonaro se esmerava em propor homenagens e condecorações a policiais. O próprio Adriano, juntamente com o policial Ronaldo Paulo Alves Pereira, recebeu uma honraria do Estado com a Medalha Tiradentes. Ambos foram denunciados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro como agentes de milícias. Nem Flávio Bolsonaro, nem Fabrício Queiroz, atenderam o chamado do Ministério Público para prestar esclarecimentos. Entra dia e sai dia, novas denúncias aparecem, e os meliantes continuam intocáveis.

A família Bolsonaro e seus associados fizeram uma contra-ofensiva, acusando o Coaf de vazar informações e quebrar o sigilo bancário de um parlamentar. O presidente do Coaf, Roberto Leonel, inclusive, foi obrigado a explicar os limites de sua atuação. O ministro da Justiça, ex-chefe da Operação Lava Jato, caçador de petista e algoz de Lula, Sérgio Moro, lavou as mãos. Em Davos, foi desfeita uma mesa de entrevista, porque Bolsonaro e Moro teriam de explicar a denúncia de que Flávio estava implicado com perigosos bandidos. O fato é que nenhuma medida judicial obrigou até agora o deputado e seu ex-assessor a explicarem sua conduta. Se fosse um militante do PT, teria sofrido a prisão preventiva.

É fundamental para o governo de Bolsonaro abafar o caso, evitar uma investigação que revele os vínculos de Flávio com as milícias. No entanto, esse governo está inevitavelmente marcado pela corrupção. Os fatos comprovam a veracidade do ditado que diz que “por detrás de um grande moralista está um estuprador”. Os explorados que foram arrastados pela campanha moralista de Bolsonaro já começam a se deparar com essa verdade.

Conferência regional São Paulo, Paraná e Rondônia

No dia 26 de janeiro, realizou-se a Conferência em São Paulo. Contou com a presença do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). Três pontos foram discutidos e deliberados: 1) situação nacional; 2) situação regional; 3) balanço de atividades. A Conferência foi aberta com a leitura da declaração sobre a crise da Venezuela, apresentada por um membro do CERQUI. A declaração foi aprovada por aclamação (publicada neste número do jornal Massas). Em seguida, houve um pronunciamento do POR da Bolívia sobre o avanço da crise capitalista e a luta de classes na América Latina.

Discutiu-se a importância de rechaçar a política do reformismo de frente democrática. A tática que corresponde é a da frente única anti-imperialista. Nesse sentido, o POR se dirige à ala da esquerda que não compartilha da frente democrática a constituir uma frente de esquerda pela independência de classe e de luta dos explorados.

Após a abertura, houve uma exposição sobre a resolução nacional. Destacaram-se os seguintes pontos: 1) o capitalismo em decomposição não apenas não tem como melhorar minimamente as condições de existência dos explorados como está obrigado a destruir antigas conquistas; 2) aprofunda-se a crise por que passa o Brasil, e evidencia a total submissão da burguesia nacional ao imperialismo; 3) o golpe de Estado de 2016 não pôs fim à crise econômica e política; 4) a eleição de Bolsonaro é produto do golpe de Estado e da falência política do reformismo petista; 5) Bolsonaro formou um governo ditatorial, militarista e fascizante; 6) o desmonte da greve geral de 28 de abril de 2017 pela burocracia sindical permitiu a aprovação das reformas de Temer e facilitou o avanço da ultradireita baseado em setores da classe média; 7) os explorados se chocarão com o governo Bolsonaro no momento em que este passar a atacá-los; 8) está colocada a tarefa de pôr em pé a frente única anti-imperialista; 9) a superação da crise de direção depende do desenvolvimento do POR no seio do proletariado.

Abriu um rico debate sobre a caracterização do novo governo, que apresenta traços bonapartistas em sua composição (governo militar-policial), sobre as tendências mundiais da crise e seus reflexos no Brasil, o lugar do Brasil no alinhamento da burguesia latino-americana por trás do governo Trump, as tarefas colocadas pelo movimento operário e popular, e a necessidade da constituição da frente única de combate. Discutiu-se, em particular, a importância de rechaçar a política do

reformismo de frente democrática. A tática que corresponde é a da frente única anti-imperialista. Nesse sentido, o POR se dirige à ala da esquerda que não compartilha da frente democrática a constituir uma frente de esquerda pela independência de classe e de luta dos explorados. Esse amplo debate resultou em uma série de modificações que deram precisão à resolução. Publicamos abaixo uma síntese da resolução nacional.

Foi, também, dado informe sobre a resolução regional de São Paulo. Destacou-se: 1) a crise econômica na região mais desenvolvida do País, que é o Sudeste, evidenciou a tendência geral do capitalismo de destruir maciçamente parte das forças produtivas nacionais; 2) a burocracia sindical joga um papel de auxiliar do grande capital em responder à crise econômica, com demissões em massa e imposição da flexibilização capitalista do trabalho; 3) as frações dominantes da burguesia nacional, enraizadas no Sudeste,

principalmente no estado de São Paulo, estiveram à frente do golpe de Estado e instalação da ditadura civil de Temer; 4) a eleição de João Doria constitui um pilar de sustentação do governo ditatorial de Bolsonaro; 5) o avanço da fração direitista no interior do PSDB expõe o apodrecimento desse partido que se definiu como socialdemocrata; 6) o PT se tornou um partido completamente incapaz de combater a política antinacional e antipopular do PSDB, o que selou sua derrocada no Sudeste; 7) no estado de São Paulo, se trava a luta pela organização independente do proletariado, e quebra do poder da burocracia sindical sobre o momento operário nacional; 8) a aliança de Doria com Bolsonaro contra a vida dos explorados impulsionará as lutas locais e regionais, que deverão se projetar nacionalmente; 9) a tarefa é a de desenvolver as campanhas em torno às reivindicações fundamentais e da constituição da frente única.

Foi apresentada uma resolução sobre a juventude, como parte da situação nacional. Discutiu-se a tarefa de reconstruir as organizações estudantis, que desmoronaram com a política de colaboração de classes do PT e PCdoB.

Em seguida, passou-se ao balanço de atividades, que constou dos pontos: 1) a tarefa de desenvolver o partido no seio da classe operária; 2) fortalecer a intervenção do POR com a divulgação do Jornal Massas e do vasto material de propaganda; 3) avançar na formação de quadros marxista-leninista-trotskista.

A Conferência concluiu com um Viva à construção do Partido Operário Revolucionário.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Tendo por base a Resolução Nacional da IV Conferência Regional do POR e a discussão da direção do Comitê de Enlace, foram aprovadas as seguintes resoluções:

Pela Libertação de Lula Pela constituição de um tribunal popular

A constituição do governo Bolsonaro, baseada em uma camarilha militar claramente vinculada ao imperialismo norte-americano, e em uma facção ultradireitista da Justiça Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público, evidenciou, com maior clareza ainda, o caráter arbitrário e autoritário da prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A cassação de seus direitos políticos foi decisiva para a ascensão e vitória de Bolsonaro. De forma que somente na aparência as eleições presidenciais foram democráticas. A exclusão forçada de Lula, que, reconhecidamente, liderava as pesquisas eleitorais, se deu por um processo judicial condicionado pelo golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, e pelo fim da transição da ditadura civil de Temer. É indisfarçável reconhecer que o aparato judicial foi colocado a serviço da frente burguesa que promoveu o golpe para assegurar sua continuidade. Por trás dessa estratégia de poder, estiveram as Forças Armadas. O que potenciou suas ações para retomar a influência política no Estado, influência essa instituída pelo golpe militar de 1964.

O objetivo central foi o de alijar o PT e impedir a qualquer custo que voltasse ao poder pela via das eleições. A prisão de Lula constituiu a garantia de que essa possibilidade ficasse afastada. Mesmo do cárcere, a influência de Lula fez com que o candidato Haddad chegasse ao segundo turno, estremecendo a candidatura fascizante de Bolsona-

ro. Todo aparato da burguesia, com destaque ao das igrejas evangélicas, se concentrou, finalmente, no objetivo de vencer os explorados a apoiar a candidatura da ultradireita.

A movimentação, que vai do golpe de Estado à prisão de Lula, esteve encabeçada pelo capital financeiro, pelos monopólios, pela agroindústria e pelos velhos latifúndios, sob a diretriz do imperialismo de promover a derrocada dos governos nacional-reformistas na América Latina. A prisão de Lula, sem resistência do PT, da CUT, do MST e aliados, selou a vitória da frente burguesa antidemocrática, que se armou desde a derrota da candidatura de Aécio Neves para Dilma Rousseff. Indicou, por outro lado, a subserviência do nacional-reformismo à democracia oligárquica em decomposição.

O PT e Lula, em dúvida, se corromperam na política burguesa, trilhando um caminho sem volta. O seu apodrecimento, no entanto, não justifica o golpe de Estado e a prisão de Lula pelas frações burguesas dominantes e submetidas aos ditames do imperialismo. A reação conseguiu convencer uma importante parcela dos explorados de que a corrupção

era a real causa da expulsão do PT do poder. Essa campanha fraudulenta, em grande medida, serviu para potenciar a ultradireita e, inclusive, para enfraquecer provisoriamente a direita tradicional.

Lula permanece preso, ainda, por força das pressões militares. As duas resoluções judiciais que levavam à sua soltura, emitidas por Rogério Fravreto, um juiz plantonista no 4º Tribunal de Porto Alegre (RS), e pelo ministro Marco Aurélio Mello (do STF), foram revogadas; a primeira sob chantagem direta do então comandante do Exército, general Villas-Bôas, e a segunda por uma resolução tomada a partir de uma reunião dos comandantes militares, comandadas pelo mesmo general, e obedecidas incontinenti pelo presidente do STF, Dias Toffoli.

A cassação de seus direitos políticos foi decisiva para a ascensão e vitória de Bolsonaro. De forma que somente na aparência as eleições presidenciais foram democráticas. A exclusão forçada de Lula, que, reconhecidamente, liderava as pesquisas eleitorais, se deu por um processo judicial condicionado pelo golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, e pelo fim da transição da ditadura civil de Temer.

A manutenção da prisão do ex-presidente é parte da política de Bolsonaro, que correu a entregar um dos ministérios importantes ao juiz Moro. Aumenta ainda mais a importância da luta democrática pela libertação de Lula. Agora, como um meio de combate ao governo ditatorial. Os escândalos prematuros de corrupção, atingindo o filho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, e Onyx Lorenzoni, uma das figuras de proa do bolsonarismo, já se encarregaram de mostrar que a moralidade pequeno-burguesa, religiosa, não passa de uma máscara ao gangsterismo. Em particular, a suspeita de que Flávio Bolsonaro está ligado às milícias é mais do

que suficiente para que o ministro Moro interviesse com o mesmo ímpeto de suas ações contra o PT. Ao contrário, o governo vem agindo no sentido de diminuir a importância das revelações do Coaf e enterrá-las. Esse acontecimento reforça a denúncia de que o aparato judicial fez uma triagem quando se tratou do PT.

Os crimes políticos dos partidos da burguesia são tratados de acordo com os interesses de classe e das disputas no seio do poder do Estado. É fundamental expor aos olhos dos explorados as manobras do aparato burguês em torno à corrupção. A classe operária tem respostas próprias, portanto, também de classe. Começa por denunciar que nenhuma justiça e nenhum tribunal burguês irão, de fato, combater a corrupção e punir seus principais agentes. Conclui que somente um tribunal popular, criado pelas massas em luta e sob a direção da política revolucionária do proletariado, pode apurar e punir os crimes da burguesia. É sob essa linha que as Conferências Regionais do POR mantêm a bandeira de libertação imediata a Lula. E retoma a defesa do tribunal popular.

Pela independência nacional

Abaixo o governo militarista e fascistizante de Bolsonaro

O golpe de Estado de 2016 e a constituição do governo da ultradireita de Bolsonaro foram engendrados pelas forças burguesas internas, porém sob a influência e pressão do imperialismo norte-americano. Está claríssimo o vínculo entre a derubada do governo petista, a instituição da ditadura civil de Temer e a entrega do poder pela via eleitoral a uma tendência militarista e fascitizante. O mesmo se verifica com a decomposição da democracia oligárquica, reconstituída depois de duas décadas de ditadura militar.

Há que evidenciar, porém, o lugar e o peso do imperialismo, em especial norte-americano. Não por acaso, as forças que promoveram e comandaram a candidatura de Bolsonaro declararam constituir um governo incondicionalmente alinhado ao governo de Trump. Há uma virada significativa na política de dependência do Brasil ao imperialismo. Abandona-se a diretriz de alinhar-se “pragmaticamente” a esta ou aquela fração da burguesia mundial. Bolsonaro, ao perfilar o Brasil por trás de Trump, segue a guerra comercial desencadeada pela potência hegemônica.

Sob a ofensiva norte-americana, desenvolvem-se as tendências bélicas. O confronto dos Estados Unidos com a China expõe a profundidade da crise mundial, que persiste há mais de uma década. Ou a burocracia do Partido Comunista Chinês abre caminho para a política de Trump, de forma a amenizar, ainda que provisoriamente, as tensões mundiais, ou se potencializará a possibilidade de uma conflagração. A burguesia européia se encontra em meio a esse choque, deve ceder às exigências dos Estados Unidos e se alinhar contra a China, promovendo inclusive os preparativos militares.

A mudança de estratégia mundial, com a substituição do “multilateralismo” pelo “unilateralismo”, ocorre após o fracasso das potências em resolver a superprodução, o agigantamento do parasitismo financeiro e a tendência de queda da taxa média de lucro dos monopólios. A destruição de importante parcela de forças produtivas por meio da recessão não foi suficiente para reiniciar um novo ciclo de crescimento mundial.

É preciso que a burguesia vá mais a fundo. Essa contradição estrutural obriga o imperialismo a recrudescer o saque dos países semicolônias. Suas fronteiras devem se abrir, retirando todas as travas de proteção. As dívidas públicas são utilizadas como instrumentos para se arrancar mais concessão ao capital financeiro. O curso da política de Trump, portanto, é ditado por tais condições objetivas.

Não é de hoje que o Brasil vem sendo arrastado por essa corrente mundial que expressa a desintegração do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial. O País tem pagado caro pela incapacidade da burguesia nacional de garantir a sua independência. Em especial, a classe operária, os camponeses e os demais explorados arcam com os desastres nacionais e internacionais do capitalismo. Agora, a situação se agrava com a nova ofensiva do imperialismo norte-americano.

O alinhamento com Trump tem um grande alcance na América Latina. O Brasil passou a servir de pivô para a unificação da burguesia no continente. A ofensiva para derrubar o governo da Venezuela é apenas um passo para perfilar a América Latina em torno à guerra comercial norte-americana e ao objetivo específico de barrar a penetração do capital chinês em suas fronteiras.

As nações oprimidas e, respectivamente, as massas exploradas, portanto, estão diante de uma virada de grande envergadura. Coloca-se em primeiro plano a luta anti-imperialista, como parte e expressão do programa da revolução proletária. A classe operária está diante da tarefa de defender a independência nacional. Tudo indica que esse combate começa por enfrentar o governo militarista, fascistizante, antinacional e antipopular de Bolsonaro.

A Conferência se coloca por uma campanha baseada no programa proletário de ruptura do país oprimido com o imperialismo opressor. Coloca-se por trabalhar pela constituição da frente única anti-imperialista. Coloca-se por uma plataforma de defesa das antigas conquistas da classe operária e da vida da maioria nacional oprimida. Coloca-se de derrubada revolucionária do governo ditatorial de Bolsonaro.

Escola de Quadros da Conferência Regional S. Paulo 2019

A Escola de Quadros da Conferência Regional de S. Paulo de 2019 teve como tema “Bonapartismo e Fascismo”, considerado apropriado para a conjuntura em que vivemos e de importância como base teórica para a caracterização do governo Bolsonaro e as tarefas conseqüentes.

A partir da discussão coletiva, por meio do estudo de extratos de textos de Marx e Trotsky, e da conclusão sintética dos conceitos em plenária geral, de forma a homogeneizar a assimilação da teoria discutida, afirmaram-se as seguintes conclusões:

1) A contradição fundamental, em relação aos governos e regimes políticos que se constituem na época atual, é entre a ditadura de classe burguesa e a ditadura de classe proletária. A contradição entre as principais formas de governo da ditadura de classe burguesa, democracia e fascismo, é rela-

tiva, pois, são diferentes formas de dominação da mesma classe social, a burguesia.

2) A democracia é a forma preferencial de domínio da burguesia, pois, permite estabelecer uma máscara sobre a sua ditadura de classe, e processar suas divergências internas através da disputa eleitoral e parlamentar. São suas características principais a vigência do parlamento e das demais instituições da democracia burguesa, e a política de colaboração de classes. A democracia burguesa depende das possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. É sob a democracia burguesa que o proletariado desenvolve, a partir das suas lutas, suas organizações próprias, que são o embrião do seu próprio poder de classe. Ou seja, desenvolve elementos da democracia operária sob a vigência da democracia burguesa. É por essa única razão

que o proletariado está obrigado a defender a democracia burguesa contra a ameaça concreta de fascismo. E defender as liberdades democráticas quando estas são atacadas pela própria democracia burguesa.

- 3) O fascismo se caracteriza pela destruição física das organizações da classe operária, de sua direção, e pela supressão das bases da democracia burguesa (parlamento) e da conciliação de classes, substituindo-as por uma ditadura que se sobrepõe às massas e, inclusive, a frações da própria burguesia. O fascismo é uma consequência das tendências de decomposição do modo de produção capitalista e corresponde no plano político à destruição maciça das forças produtivas pelas crises de superprodução. Expressa o nacionalismo burguês imperialista dos países desenvolvidos, e o poder do capital financeiro aí concentrado. Quando as massas se levantam e ameaçam o domínio da classe exploradora, e quando esta já não consegue mais exercer sua ditadura de classe por meio da democracia, ameaçando a tomada do poder pela via revolucionária, a burguesia procura impor o fascismo. Este é a alternativa burguesa e reacionária à revolução proletária. A ameaça do fascismo deve ser combatida por meio da frente única de luta, que foi rejeitada pelo estalinismo na Alemanha e levou ao desastre do nazismo e da Segunda Guerra Mundial.
- 4) Entre o fascismo e a democracia, podem formar-se regimes de transição. Na tentativa de evitar o fascismo e para conter as tendências de luta das massas, diante da impotência e incapacidade de respostas pelas instituições da democracia burguesa e da política de colaboração de classes, ergue-se um governo que se apresenta como salvador da pátria e aci-

ma das disputas entre os principais pólos da sociedade e mesmo interburguesas (seu conteúdo, porém, é o da defesa da burguesia contra as massas). Esse governo se apoia no aparato militar-policial, na burocracia estatal, e se aparta da democracia burguesa, não a eliminando, mas mantendo sua formalidade. A política de colaboração de classe tende a ser substituída pela repressão e aplicação autoritária das medidas estatais, a ser garantida pela ação repressiva militar-policial aberta. Esse regime se denomina bonapartista, em analogia histórica aos regimes formados na França pelos Bonapartes I e III. O bonapartismo da época atual é um caminho para o fascismo.

- 5) Em seguida ao fascismo, tende a se reconstituir a democracia burguesa, diante de possibilidades de recomposição das forças produtivas destruídas anteriormente. As massas são arrastadas para apoiar por meio das eleições e parlamento seus próprios algozes. Há uma grande pressão sobre as esquerdas no sentido de se submeterem ao democratismo e se desviarem do caminho que leva à revolução proletária. Exemplos disso são a defesa principista da bandeira de eleições para qualquer situação e a defesa de um governo de trabalhadores intermediário entre o governo burguês e o proletário, tendências que devem ser combatidas pela vanguarda revolucionária.

Como conclusão, verificaram-se as aplicações desses conceitos à situação atual, em que Bolsonaro expressa tendências a formar um governo bonapartista e os erros de toda a esquerda em considerar que a sua eleição era em si mesma a implantação do fascismo, e que seria combatido pela via eleitoral.

BALANÇO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DO POR NO NORDESTE

A Conferência do POR no Nordeste ocorreu entre os dias 19 e 20 de janeiro, em Fortaleza, e teve a presença de militantes e simpatizantes dos estados onde o partido atua. A Conferência debateu e aprovou as resoluções políticas *Nacional* e do *Nordeste*, discutiu e aprovou o balanço de atividades e finalizou com a realização da Escola de Quadros do Nordeste sobre a resolução estudantil.

O debate realizado sobre a situação nacional mostrou a importância da caracterização do novo governo (Bolsonaro), que tem traços do bonapartismo (ditadura policial-militar que governa por cima das frações burguesas e impõe sua centralização autoritária) e nasceu de eleições antidemocráticas. Constitui, portanto, um governo de continuidade à ditadura civil de Temer, sendo um governo ditatorial militarista, obscurantista e fascistizante. A questão da tática também foi precisada: mais do que em qualquer outra situação, a defesa da Frente Única Anti-imperialista se tem tornado um imperativo diante das medidas entreguistas, de desnacionalização e de alinhamento com o imperialismo estadunidense. A Frente de Esquerda, voltada ao centrismo, precisa ser levantada como parte da propaganda por uma frente classista anteposta ao controle do reformismo petista sobre os movimentos, e sua política de colaboração de classes a Bolsonaro.

Na discussão havida sobre a Resolução Nordeste, viu-se que a crise econômica impactou profundamente a região, elevando o desemprego e miséria. O baixo desenvolvimento capitalista,

a pobreza dos minifúndios, o peso da agricultura tradicional, o domínio latifundiário, associado ao capital internacional, mostraram como a constituição social do Nordeste reflete a lei do desenvolvimento desigual e combinado. A resolução que aponta a movimentação das oligarquias, os desequilíbrios regionais, o lugar da classe operária e do campesinato na região assinala como tarefa a necessidade da construção do partido operário revolucionário no Nordeste.

O balanço de atividades mostrou como novos problemas surgem a partir da maior intervenção sobre as lutas nacionais e locais, assim como o avanço (ainda que pequeno) da penetração das ideias revolucionárias nos setores dos explorados em que atuamos. Destaque especial foi dado ao trabalho no seio da juventude e da classe operária.

De conjunto, o debate realizado na Conferência demonstrou que a tarefa de formar os quadros revolucionários, que atuem com o programa marxista-leninista-trotskista no seio das massas, é a mais urgente das tarefas, dado o avanço da desintegração capitalista, e ofensiva brutal dos governos/burguesia sobre a vida das massas. O elevado nível dos debates, a disciplina militante, e melhor formulação dos problemas regionais observados na Conferência Regional, indicam que o POR tem avançado nessa tarefa, e encontra-se melhor preparado para a luta por forjar uma fração revolucionária no seio do proletariado e juventude oprimida.

Lançamento da Revista Proletária da Educação no Ceará

No dia 18/01, em Fortaleza, foi realizada a palestra-debate de lançamento da Revista Proletária da Educação nº 08. A atividade ocorreu na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e contou com a presença de militantes, simpatizantes e convidados. A atividade teve início com as exposições sobre três temas: ETI's e Escola sem Partido; Reforma do Ensino Médio de Temer e a BNCC, e por fim, a posição do marxismo diante da falência do ensino. Após a exposição, foram abertas as falas para o plenário, que debateu as medidas de ataque ao ensino, os retrocessos obscurantistas na escola pública, a letargia das direções da CNTE/ANDES/UNE/UBES, que não organizaram a greve geral da educação contra a reforma de Mendonça Filho, e a necessidade de resistir ao conjunto das ações do governo militarista de Bolsonaro contra a educação. A atividade concluiu com a caracterização de que a raiz da crise da educação (baixo aprendizado, etc.)

encontra-se na impossibilidade da escola burguesa servir ao desenvolvimento econômico (das forças produtivas), na fase de decadência imperialista e domínio dos monopólios.

A revista da educação nº 08 é um marco importante na formulação programática e na crítica proletária ao pacote de medidas ditadas pela grande burguesia e o imperialismo sobre o ensino. Reflete o esforço coletivo dos revolucionários em aplicar o marxismo à análise dos fenômenos e problemas reais que percorrem toda rede de ensino. Do ponto de vista da luta política, constitui um valioso instrumento de combate prático, no seio do movimento estudantil e docente, à reforma do ensino médio, à escola de tempo integral, ao PL da Escola Sem Partido, à privatização e a desnacionalização da educação. Tais medidas, impulsionadas pela ditadura civil de Temer, alcançarão, sem dúvida, uma amplitude ainda maior com o governo entreguista e obscurantista de Bolsonaro.

(Quinzena Operária)

GM anuncia demissão e mais flexibilização capitalista do trabalho

Desde novembro, o Jornal Massas vem denunciando as ameaças de demissão em massa na GM. Em 21 de dezembro, a GM anunciou o fechamento da fábrica em Bogotá, Colômbia, e a demissão de 1.200 operários. De um total de sete plantas a serem fechadas, segundo a direção da montadora, houve o fechamento de seis. Agora, no mês de janeiro, a montadora repete as ameaças. Comunicou que fecharia duas unidades no Brasil, em São Caetano do Sul e São José dos Campos. Em seguida, desfez o comunicado de fechamento e exigiu maior flexibilização capitalista do trabalho. Exige, portanto, maior sacrifício da classe operária.

Na unidade de São José dos Campos, o chamado plano de reestruturação conta com 28 itens. Dentre eles, a demissão de 20% dos operários; redução do piso salarial em 30%, que passaria de R\$ 2.300,00 para R\$ 1.600,00; fim da estabilidade aos lesionados por acidente de trabalho; liberação da terceirização em todos os setores; implantação da jornada 12x36. A unidade

de São José dos Campos contrata 4.800 operários. Em São Caetano do Sul, as exigências da montadora não são diferentes, em uma lista com 21 itens.

A primeira reunião com os representantes dos sindicatos e governo ocorreu no dia 22 de janeiro. Até o momento, as direções sindicais se limitam a reclamar dos ganhos fabulosos da montadora. A multinacional aposta na passividade dos sindicatos para impor seu plano de demissão, rebaixamento salarial e destruição de direitos. Quer implantar a totalidade da reforma trabalhista e a lei da terceirização.

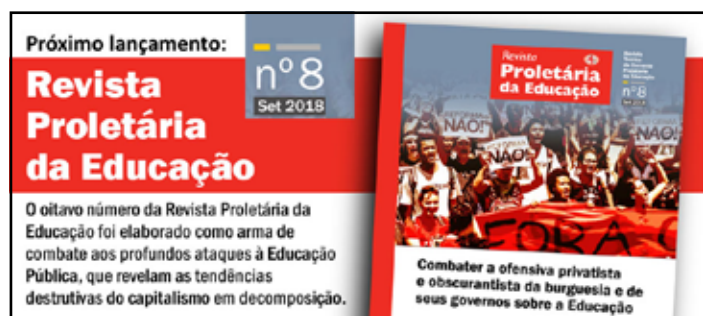
Só há uma via para derrotar o plano da GM: organizar a resistência por meio da greve. Unir os operários de São José com os de São Caetano. Ampliar a luta para o conjunto da classe operária, que padece com a reforma trabalhista e a terceirização. Para isso, é preciso rechaçar a via da conciliação. Esse caminho é de derrota e a experiência já foi comprovada. Portanto, romper a passividade das direções sindicais e partir para o combate.

NÃO ÀS MANOBRAS

A Dura Automotiva, empresa na região de Rio Grande da Serra, informou o fechamento, até maio. Os 300 operários foram pegos de surpresa. A fábrica representa 10% de traba-

lhadores registrados na região. O sindicato dos metalúrgicos, ligado à CUT, disse que abriu negociação com a empresa, e se colocou pela greve. A manobra do empresário logo veio à tona. Quer, na realidade, impor a “reestruturação”, portanto maior flexibilização capitalista do trabalho. A burocracia sindical, por sua vez, foi atrás do prefeito e vereadores para que auxiliem a empresa, para que ela não feche as portas.

Como se vê, a burocracia do sindicato tem servido de garoto de recado entre capitalistas e governo. E, ao mesmo tempo, finge para os operários que negocia uma saída que favoreça a manutenção dos empregos. Na realidade, usa a greve como pressão para as negociatas. Está aí por que é urgente a constituição de uma oposição classista à burocracia do sindicato.



Operários da Pallmann paralisam a produção

Existe uma ofensiva geral da patronal para retirar direitos em todos os setores. Os operários, por sua vez, têm mostrado disposição de luta. É o que vemos na greve da Pallmann, em Diadema, que paralisaram a produção no dia 28 de janeiro, contra o atraso de pagamentos e para cobrar uma resposta da direção da empresa sobre o futuro da planta. O pagamento dos salários está atrasado desde dezembro, e o depósito do FGTS e o convênio médico, desde o início do ano passado. Por falta de pagamento, a energia elétrica foi cortada por duas semanas. A empresa alega que entrou com o pedido de recuperação judicial. A burocracia do sindicato justifica aos operários que é preciso saber o plano de recupe-

ração judicial, e o que é preciso fazer para manter a fábrica funcionando.

A decisão de parar a produção e decidir coletivamente, em assembleia, tem de ser o caminho. É mais do que sabido que a empresa quer que os operários arquem com mais sacrifícios. A greve isolada da Pallmann dificilmente modificará a pretensão do patrão. O que ocorre nessa fábrica é o mesmo que se passa com a Dura Automotiva, para citar apenas dois exemplos. É tarefa do sindicato convocar a assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, e aprovar a luta coletiva contra as manobras patronais e em defesa dos empregos, salários, e contra a implantação da reforma trabalhista e terceirização.

Metroviários anunciam paralisação para 5 de fevereiro

Motivados pelos ataques do governo, como o descumprimento do Acordo coletivo, modificação da jornada de trabalho, ameaça de retirada do adicional de Periculosidade, etc., os metroviários de São Paulo deliberaram estado de greve, a partir de 18/1, e greve, em 5 de fevereiro. Além disso, pretendem fazer uma reunião com os setores do funcionalismo estadual para unificação da campanha salarial.

O governo direitista de João Doria/PSDB já dá o seu recado. Pretende arrochar os salários e implantar a reforma trabalhis-

ta no Metrô. Com certeza, sua intenção e o sucateamento para depois privatizar todas as linhas. A decisão da assembleia dos metroviários é a via para enfrentar o plano privatista e a implantação da reforma trabalhista e terceirização plena no metrô. No entanto, a direção do sindicato tem usado o anúncio de greve para pressionar por negociação. Chega na hora, suspende a deliberação. Isso acaba criando descrédito em uma parcela de metroviários. A deliberação de greve implica, necessariamente, prepará-la para que seja um forte movimento grevista.

Entrega da Embraer à Boeing

O governo privatista de Jair Bolsonaro já deu seu aval para a venda da Embraer à Boeing. É evidente que essa entrega colocará em risco o emprego de mais de 26 mil trabalhadores. Para o sindicato dos metalúrgicos da região, “a venda da Embraer é um crime de lesa-pátria”. Em São José dos Campos, onde está sediada a empresa, diversas categorias realizaram manifestações contra a venda da empresa. No entanto, o movimento contra o entreguismo tem sido limitado e corporativo. A direção do sindi-

cato tem recorrido à via judicial. Sabemos que o plano Bolsonaro/Guedes é de entrega do patrimônio nacional, e que o governo Doria segue seus passos. A justiça, os governos e os capitalistas da Embraer já decidiram pela venda da Embraer à Boeing. A defesa dos empregos na Embraer significa um vigoroso combate contra a venda. Trata-se de um movimento nacional, que não pode ser respondido localmente. Que as centrais e sindicatos se coloquem, imediatamente, por organizar a resistência.

Greve do funcionalismo municipal de São Paulo

Os servidores municipais de São Paulo, em assembleia no dia 26 de dezembro, deliberaram pela greve, a partir de 4 de fevereiro. O motivo da greve é o aumento da alíquota previdenciária para 14%, e a implantação do sistema previdenciário municipal, a Sampaprev. Os vereadores e o prefeito Bruno Covas/PSDB aprovaram o PL-621, em pleno período de recesso e férias dos servidores. Mesmo assim, o funcionalismo municipal mostrou disposição de luta, apesar das balas de borracha e gás lacrimogênio. Assim, decidiu que iniciaria uma greve unificada a partir de 4 de fevereiro.

É dever da Apeoesp e demais sindicatos de servidores, sejam eles estaduais ou municipais, se colocarem em luta. Não basta apenas o apoio ao movimento. É preciso se juntar à greve contra a reforma da Previdência. Bruno Covas, Doria e Bolsonaro estão prontos para ir fundo na eliminação do regime de repartição e implantação do sistema de capitalização, entre outras medidas que dificultam os servidores e os trabalhadores em geral de alcançarem a aposentadoria. Daí a importância da organização da greve local, regional e nacional.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Por que os atos do MPL em São Paulo têm sido inócuos?

Em São Paulo, a luta contra o aumento das tarifas e o corte de linhas chegou ao quarto ato centralizado do ano: houve manifestações nos dias 10, 16, 22 e 30/01. Em outras regiões e cidades, têm ocorrido mobilizações também, como no Grajaú e no ABC, algumas ocorrendo simultaneamente. O que tem chamado a atenção é a pouca adesão e o caráter inócuo das manifestações. O poder de convocação demonstrado em junho de 2013 pelo Movimento Passe Livre (MPL) não está presente. E isso numa conjuntura explosiva, em que o desemprego, a retirada de direitos e a carestia, na medida em que geram insatisfação, deveriam servir de impulso às ações de rua contra o aumento das tarifas. Cabe, então, explicar o porquê dessa tendência não ter se materializado ainda.

Vale iniciar dizendo que o próprio movimento tem evitado tocar no assunto. Isto é, em que pese a evidente perda de influência política, não parece disposto a fazer o balanço crítico e autocrítico.

O MPL se encontra isolado. A euforia do período eleitoral, até outubro do ano passado, foi sucedida por um marasmo nas lutas sociais, com poucas e limitadas exceções, a exemplo da retomada do combate ao Sampaprev pelos municipais de SP, em dezembro. Na verdade, não se trata bem de “marasmo”, e sim de uma ação paulatina de desmonte da mobilização popular que se processa desde a greve geral de abril de 2017, desmonte promovido pelas direções das centrais, sindicatos e movimentos. A paralisação, ocorrida há quase dois anos, demonstrou a monumental disposição de luta dos explorados. Esta acabou sendo desviada, entretanto, para o campo das disputas parlamentares, para a confiança na Justiça burguesa e para as urnas.

Esse papel traidor cumprido pelas direções cimentou o caminho para o direitista Bolsonaro. Isso porque quebrou a espinha do único setor social que poderia derrotar as tendências ditatoriais e fascizantes, que vinham se fortalecendo, e esse setor era a classe operária. Bastava esta paralisar a produção e se lançar em luta, com o método da ação direta, para estremecer o moribundo governo Temer e acirrar a crise de poder a partir da luta de classes. Estavam dadas, desde antes do golpe de Estado, as condições objetivas para uma greve geral política, partindo das reivindicações mais sentidas pela maioria. Mas, como já foi dito, não foi assim que se passou. Bolsonaro assumiu no começo de 2019, reforçando a onda ideológica conservadora que tomou conta do país. Esses elementos, claro está, têm contribuído para o isolamento do MPL.

Não obstante, há que se ponderar o peso dessa paralisia. Afinal, há pelo menos duas greves importantes no horizonte: a dos municipais, a começar dia 4/02, e a dos metroviários, marcada para o dia 5. Além disso, várias organizações políticas, entidades e ativistas atenderam ao chamado do Passe Livre, pelo menos nos dois primeiros atos (10 e 16/01, com concentrações nas praças Ramos e do Ciclista, respectivamente).

É verdade também que a repressão tem afastado muita gente. O governador Doria chegou a baixar um decreto endurecendo os termos para a realização de protestos públicos, impondo condições arbitrárias, como ter de “negociar” com o comando da PM os itinerários, etc. Fora isso, todas as manifestações foram envelopadas pela polícia, medida que não visa a atemorizar apenas os participantes, mas aos transeuntes simpatizantes

também. Essa era uma marca dos atos do MPL: iam enchendo durante o trajeto, agregando pessoas indignadas com os preços das passagens. É uma pauta popular, ninguém duvida.

O problema é que não incidem sobre a questão apenas os fatores externos, como a traição das direções, a onda ideológica de direita e a repressão. Já passa da hora de falar sobre os erros cometidos pelo próprio MPL. Faz parte dessa lista de equívocos, inclusive, o comportamento do agrupamento em resposta a esses mesmos fatores externos.

O primeiro erro, que decorre da análise feita até agora, é a ausência de uma política de unidade com outros setores. Um exemplo que escancara isso foi dado pelo último ato (30/01): após o encerramento, a próxima manifestação foi marcada e anunciada para o dia 5/02, sem que fosse feita qualquer alusão à greve dos metroviários, do mesmo dia, ou dos municipais, que começará um dia antes (4/02). Que dirá organizar a integração a essas lutas, ou levar, às suas assembleias, propostas de ações comuns! Nada disso. O MPL chega às raízes da arrogância ao dar de ombros a essas categorias.

Ligado a isso, verifica-se o segundo erro do MPL: decide tudo sem consultar ninguém. Aliás, consulta apenas a polícia, negociando exclusivamente com ela e retornando ao movimento apenas para comunicar os encaminhamentos. O jogral, diga-se de passagem, tem servido como ferramenta para impedir outras posições de se manifestarem. Quem não reconhece nisso um traço extremamente burocrático e autoritário? Onde está o tal princípio da “horizontalidade”? Uma direção que acata o que a polícia determina, sem se voltar ao próprio movimento para debater coletivamente como resistir, medindo correlação de forças etc., na prática, não está agindo de forma democrática. A chamada “horizontalidade” se revela uma máscara do burocratismo.

O POR lançou uma “carta aberta” e mais dois boletins, defendendo a unificação com as lutas dos trabalhadores e, sobretudo, a aplicação da democracia direta, com a retomada do comitê de frente única e as assembleias. Não houve resposta do MPL. Seu entendimento parece ser de que essa é uma pauta “sua”. Como se a proposta de tomar as decisões coletivamente representasse uma tentativa de tomar algo que lhe pertence.

Aqui cabe um parêntese: há uma referência, no começo deste documento, sobre o potencial de mobilização do MPL, em junho de 2013. Naquele ano, a luta contra o aumento das tarifas acabou canalizando toda uma onda de insatisfação da juventude. Tratava-se de um reflexo da recessão. Os efeitos da quebra do setor imobiliário norte-americano não chegaram com força imediatamente no Brasil. Foi precisamente a partir de 2012 que o impacto foi maior, particularmente com as demissões, as quais, por sua vez, incidiram principalmente sobre a juventude. E toda essa indignação que pairava no ar não pôde expressar-se através das entidades tradicionais (UNE, UBES, etc.), pois, estas, dirigidas majoritariamente pelo petismo e seus satélites, se encontravam totalmente atreladas ao governo e profundamente burocratizadas.

Foi nesse contexto que a reivindicação de redução das tarifas acabou colocando o frágil MPL nas alturas. É de se reconhecer que o movimento vinha se projetando através de mobilizações importantes, desde o começo dos anos 2000, como em Salvador, Florianópolis, Londrina e Vitória.

Contudo, não é o caso de retomar por inteiro o balanço da sua origem até as chamadas “jornadas de junho”. Os elementos que foram recuperados aqui servem apenas pela importância de uma das suas conclusões: a experiência de 2013 acabou fornecendo ao MPL um indiscutível capital político, muito além das suas verdadeiras forças. Foi inflado por uma situação muito particular na história do país e, após superada essa etapa da conjuntura política, não pôde mais recuperar a posição alcançada. Contribuiu para isso a concepção semi-anarquista, dita “autonomista”, em que se assenta. Não pôde, por conta disso, extrair os frutos possíveis da projeção obtida. Sua disciplina frouxa, a ausência de programa e a negação de se constituir como organismo centralizado (defende o federativismo) levou à dispersão de suas forças.

O que não quer dizer que não possa vir a assumir ainda um papel importante na mobilização da juventude. O problema é outro: acontece que esse capital político parece estar sustentando a apropriação da pauta dos transportes pelo MPL, tal como referido antes. Esse é o ponto. Afinal, ninguém questiona a capacidade de convocação que este agrupamento ainda possui, mesmo que em declínio. Quando o assunto é o transporte público, nenhum partido, coletivo, entidade ou ativista tem conseguido, isoladamente, arrastar às ruas tantos setores, tão díspares. Os sindicatos de trabalhadores dos ônibus, trens e metrô possuem um grande poder de afetar a economia, mas não o têm exercido plenamente, devido à política de suas direções.

Mas, na medida em que o combate nas ruas se estabelece concretamente como um movimento frentista, ninguém pode

automaticamente se apoderar dele. A unidade frentista exige, sob a pena de descambar num burocratismo estéril, que se aplique o princípio da democracia operária. As divergências existem e não são “exteriores” ao movimento. Pelo contrário, emergem do desenvolvimento da própria luta, e têm de ser processadas através da discussão e deliberação coletivas.

O Partido Operário Revolucionário espera que esse balanço parcial da luta possa ser debatido francamente com os companheiros do MPL.

De resto, o partido seguirá trabalhando pela vitória da mobilização. Tem apresentado, sistematicamente, em seus materiais de propaganda, o programa proletário para responder à questão do aumento das tarifas e corte das linhas, sintetizado nos seguintes pontos: passe livre a estudantes e desempregados; estatização sem indenização de toda a rede de transportes, sob controle operário; por um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias, com um valor que cubra as necessidades do trabalhador e sua família (o DIEESE projeta um salário mínimo real de quase 4 mil reais); contra a corrosão inflacionária, lutar pelo reajuste automático dos salários; contra o desemprego, defender a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais de trabalho entre todos os aptos ao trabalho, sem reduzir salários); estabilidade no emprego para todos; não à reforma da Previdência; derrotar as reformas antinacionais e antipopulares, pondo em pé uma frente única de ação baseada nas reivindicações e nos métodos de ação direta das massas, e pôr abaixo o governo ditatorial, militarista, religioso e fascista de Bolsonaro.

Rondônia / Ameaça de extermínio dos povos indígenas Karipuna e Uru Eu Wau Wau

Rondônia é um dos estados da região Norte em que predomina o agronegócio e, por isso, são enormes as pressões pela expansão do latifúndio. O agronegócio impõe a monocultura do gado leiteiro e de corte e culturas, como o café e a soja. Assim, tem crescido os frigoríficos e laticínios, destinados à exportação da carne bovina e produtos derivados do leite. Essa exportação fez com que Rondônia comparecesse, nas estatísticas oficiais, entre os estados do país, onde tem crescido as taxas de emprego nesse setor. No entanto, trata-se de empregos extremamente precarizados. Mais ainda. A região amazônica, por ter riquezas naturais, tem avançado a ação dos grileiros.

Assim, os conflitos no campo, como os das Terras Indígenas (TI), se estão intensificado. Nos últimos dias, em decorrência das medidas de Bolsonaro, os grileiros têm invadido reservas das terras indígenas dos Karipuna e dos Uru Eu Wau Wau, em Rondônia.

Os grileiros se sentem tão seguros em suas investidas contra a TI dos Karipuna e dos Uru Eu Wau Wau, que invadiram a instalação do Posto Indígena de Vigilância (PIV), sob o controle da Fundação Nacional do Índio (Funai). Agora, a usam para atacar os indígenas e suas terras. Esse é um problema que vai além dos Karipuna e dos Uru Eu Wau Wau. Atingem as terras indígenas dos Arariboia e Awá Guajá, no Maranhão e a de Arara, no Pará, que também foram invadidas para a especulação capitalista.

Em Rondônia, no dia 20 de janeiro, os indígenas foram surpreendidos com invasores em suas terras. Recorreram ao Ministério Público Federal, solicitando providências urgentes para conter a invasão da TI Karipuna. No entanto, o MPF, agora sob o comando dos bolsonaristas, diante das denúncias, se limitam a reconhecer

a gravidade do problema. Os grileiros acabam desafiando até a polícia federal. Dizem “que as terras indígenas por serem ‘demais’ podem ser disponibilizadas para a população não indígena”. Portanto, se apoiam na decisão do direitista Bolsonaro.

A situação é calamitosa. Os indígenas clamam pelo apoio dos movimentos populares e sindicais. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denunciou o incêndio criminoso dos grileiros no posto de Vigilância da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os Karipuna e os Uru Eu Wau Wau e demais povos indígenas têm denunciado ao MPF, IBAMA, FUNAI e Polícia Federal. Apelaram para organismos internacionais. São denúncias que se arrastam há anos. E como são órgãos governamentais e do imperialismo estão submetidos à política geral da burguesia. Estão servindo para demonstrar que, daí, não virão as soluções de defesa da terra indígena.

A luta pelo direito à terra aos indígenas faz parte do programa proletário, que implica o combate ao capitalismo pela via da revolução social. É parte, também, desse programa a defesa da autodeterminação dos povos indígenas. Tarefa essa que só é possível de se cumprir pela via revolucionária. Só a revolução proletária poderá resolver todos os problemas que a burguesia subserviente ao imperialismo se mostrou incapaz.

Em defesa da entrega de terras territoriais às nacionalidades indígenas!

Pelo fim da opressão estatal e latifundiária sobre os índios!

Pela expulsão imediata de todos os grileiros e latifundiários das terras dos Karipuna e dos Uru Eu Wau Wau, em Rondônia e nos demais estados do país!

Rondônia / ELEIÇÃO FRAUDULENTA NO SINDEPROF

No dia 28 de janeiro, aconteceu a eleição para a direção do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Porto Velho – SINDEPROF. Concorreram duas chapas. A chapa 1, atual direção, tendo como presidente a vereadora Ellis Regina/PCdoB, está há cerca de 20 anos na direção do sindicato. Exerce a nefasta política do assistencialismo aos servidores, pratica sorteios de carros todos anos, entrega cestas básicas, etc. Já é vereadora pelo PCdoB estalinista pela 3ª vez, e faz jogo de compadrio com cada prefeito que entra para obter cargos comissionados dentro das secretarias da prefeitura. A chapa 2 foi composta de servidores de diversas secretarias. Segundo denúncias, é uma chapa apoiada pelo prefeito Hildon Chaves. Tinha como presidente José Maria Miranda, um servidor que exerce cargo de assessoria do prefeito, e é apoiado pelo vereador que representa o prefeito na Câmara.

No período eleitoral, o candidato da chapa 2 entrou com ação

na justiça para suspender as eleições em função de denúncias de compra de votos pela vereadora, que também é acusada de abuso de poder político e econômico. A vereadora e o irmão, Felisberto Batista Leal, se revezam no poder durante esses vinte anos de comando familiar. A chapa 1 venceu com 85% dos votos.

Como se vê, tratou-se de uma eleição fraudulenta em que disputavam duas chapas burocráticas e envolvidas com a política burguesa. Os servidores, profundamente despolitizados, foram arrastados a apoiar a continuidade da política estalinista, que nada difere da velha prática do peleguismo. Isso ocorre no momento em que os governos armam um enorme ataque aos servidores, por meio da reforma da previdência. Essa burocracia sindical será arrancada do comando do sindicato quando uma parcela de servidores se colocar por constituir uma fração classista em seu interior, e iniciar o combate às medidas governamentais.

Rio Grande do Norte / Mandatos eleitos do PT e PSOL do RN são perseguidos pela Justiça Eleitoral

Foram três mandatos do PT e um do PSOL que sofreram perseguição política, dentre eles, inclusive, o da atual governadora Fátima Bezerra (PT), que sofreu pedido de cassação pelo Ministério Público Eleitoral (MPE/RN), por suposto gasto ilícito de campanha, mas que foi negado pelo TRE/RN. Natália Bonavides (PT), a segunda deputada mais votada do RN, teve recomendação do MPE/RN de rejeição de suas contas, por supostamente ter recebido doações ilegais de desempregados, e utilizado um carro emprestado de uma pessoa já falecida; porém, não havia provas para a acusação, e o TRE/RN aprovou as suas contas, “com ressalvas”.

O mesmo fim não ocorreu para o candidato Fernando Mineiro (PT). A perda de seu mandato, sendo o terceiro candidato a deputado federal mais votado, foi um verdadeiro golpe, capitaneado pela Justiça Eleitoral, para inserir, em seu lugar, o candidato Beto Rosado (PP), ligado às oligarquias políticas locais. A trama girou em torno dos votos do candidato “Kerinho” (PDT), cuja candidatura já tinha sido indeferida pelo TRE/RN, por não ter entregado documentos no prazo. Mas, o TSE posteriormente julgou favorável ao recurso de “Kerinho”, sob a justificativa de que havia entregado os documentos no prazo, porém, havia ocorrido um erro no sistema. Ao contabilizar seus 8.990 votos, a proporcionalidade se modificou, garantindo mais um deputado para a coligação “100% RN” (Alves, Maias e Rosados), e um a menos para o PT/PCdoB/PHS.

Diante dessa conspiração, o PT/RN nada mais fez para defender o mandato eleito, a não ser uma disputa institucional na Justiça Eleitoral burguesa, no RN, sob forte controle das oligarquias políticas locais, e nacionalmente sob influência da onda antipequista no seio do Estado burguês. Nenhuma plenária ou ato foram chamados para organizar a vanguarda militante, simpatizantes e eleitores em defesa do mandato de Mineiro. Quando já estava dada a perda do mandato, a governadora eleita Fátima Bezerra (PT), em um notável gesto que expressa a capitulação e o desprezo do PT/RN pelo voto de seus próprios eleitores e militância, cooptou Fernando Mineiro para seu governo na Secretaria de Gestão de Projetos e Articulação Institucional (Segai).

Mais arbitrário ainda foi a perseguição realizada sobre o eleito a deputado estadual Sandro Pimentel (PSOL). Atendendo a um

pedido do MPE/RN, que alegou indícios de captação e gastos ilícitos durante a campanha, o TRE/RN suspendeu a sua diplomação na ALRN. A acusação foi mera formalidade: Sandro Pimentel havia recebido seis doações de 5 mil reais em espécie, o que ultrapassa o limite de R\$ 1.064,00, o que não teria problema, caso a quantia tivesse sido enviada por transferência eletrônica. O que estava por trás disso nada mais era do que a tentativa de usurpar o mandato eleito do PSOL. Nessa semana, o TRE entendeu que, “apesar das questões processuais discutidas”, “a medida liminar não é capaz de sobressair ao voto popular”, e diplomou Sandro como deputado estadual, permitindo que assumisse seu mandato em 1º de fevereiro, embora seu processo continue em tramitação para ser posteriormente julgado.

Grave foi a atitude do seu suplente, Robério Paulino (PSOL) que, ao invés de combater diretamente a arbitrariedade da justiça burguesa, entrou com um processo para que assumisse interinamente no lugar de Sandro, enquanto seu caso tramitasse em julgado. Diante dessa atitude de Robério, a direção nacional do PSOL exigiu que ele retirasse o pedido de substituição, o que foi atendido. Mesmo assim, Robério continuou com a mesma posição política, e chegou a chamar uma plenária “contra o golpe da direita”, “em defesa do mandato do PSOL” e em apoio à sua candidatura. A postura de Robério, capituladora e oportunista, deve ser repudiada.

Não se nota, por parte da Justiça Eleitoral, essa mesma postura rígida com relação às candidaturas eleitas dos outros partidos. Trata-se de uma seletividade, portanto uma perseguição política. Os revolucionários não temos ilusão de que, por meio da ocupação de postos no Estado burguês, seja possível conquistar melhorias nas condições de vida das massas, uma vez que se trata de órgãos de poder da ditadura de classe da burguesia. Nem muito menos temos a ilusão de que os mandatos do PT e PSOL desempenharão uma intervenção revolucionária no seio do legislativo e executivo, uma vez que trabalham no sentido contrário, o de iludir as massas a confiar nas instituições burguesas. Mas, o POR se coloca contra as arbitrariedades da justiça burguesa, e em defesa dos mandatos do PT e PSOL, na perspectiva de combater as tendências autoritárias e antidemocráticas que se desenvolvem na conjuntura, manifestando-se contra as candidaturas eleitas do PT e PSOL.

Temer, Bolsonaro e Evo Morales entregam Battisti a Mattarella, Conte e Salvini. Por uma campanha internacional pela libertação de Battisti!

15 de janeiro de 2019

A ditadura civil de Temer, apoiada no Supremo Tribunal Federal, revogou o direito ao asilo de Battisti, concedido no governo Lula. Bolsonaro e sua cúpula militar estavam prontos para atender ao pedido do governo italiano. Temer tirou de Bolsonaro o gostinho da vingança contra o ex-esquerdista. O que se passou nos anos de 1970, na Itália, não tem nada a ver com o Brasil atual, nem mesmo com a própria Itália. Nesses anos distantes, a ditadura militar brasileira também enfrentou uma resistência armada de esquerda – diga-se de passagem, frágil e incapaz de fazer frente às Forças Armadas. A vanguarda combatente pagou caro pela ousadia de pegar em armas contra o regime. Até hoje, nenhum torturador, assassino e ocultador de cadáveres sofreu qualquer inconveniência. A proteção do Estado ao coronel Ustra constituiu a absolvição geral dos métodos policiais e terroristas praticados pelo regime militar. Não por acaso, os trabalhos da Comissão Verdade ficaram submetidos aos limites ditados pela vergonhosa lei da anistia, promulgada pelos próprios generais.

Sobre a base desses fatos que se passaram no Brasil, é necessário estabelecer um paralelo histórico com a entrega de Battisti ao governo italiano, para cumprir uma pena de prisão perpétua, em razão de assassinatos que sequer foram comprovados, em um julgamento à revelia, pela justiça desse país. Temer contou com a anuência de partidos, principalmente do PSDB, que se vangloria de ter sido oposição aos governos militares. Velhos democratas, como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, etc., não se dignaram a condenar a decisão do presidente Temer e do ministro do Supremo, Luiz Fux. Jair Bolsonaro e os generais abrigados em seu governo não fizeram senão instilar seu ódio de ditadores, e se jubilarem por reaver os valores da ditadura militar.

Derrubado o governo do PT, era previsível que Temer iria anular o asilo político a Battisti, decisão tomada por Lula contra a vontade do STF. Tudo indica que nem mesmo Battisti imaginou que tal concessão presidencial, assumida de acordo com as normas internacionais e as leis constitucionais do Brasil, poderia ser rasgada por Temer. É bem provável que a maior surpresa de Battisti foi com a negação do governo de Evo Morales em conceder-lhe o asilo. Lembremos que, até há pouco tempo, o presidente indígena boliviano era cultuado pelos reformistas, incluindo o PT. O ato imediato de entregar Battisti ao governo italiano mostra que Evo Morales não faz outra coisa senão procurar manter-se no poder a qualquer custo. Para isso, tem de estar bem cotado pelo imperialismo e, agora, pelo governo fascizante de Bolsonaro. A sua presença na posse do ultradireitista diz muito mais do que a formalidade da boa vizinhança. É o que acaba de fazer, prestando um favor ao governo do Brasil e da Itália.

Bolsonaro teria imenso prazer em ele próprio colocar Battisti algemado no avião com destino à Itália. O governo italiano, porém, achou melhor que Evo cumprisse essa missão, uma vez que, sendo entregue pelo Brasil, a justiça italiana teria de responder a determinadas condições de extradição segundo as leis brasileiras, que não prevêem a prisão perpétua. Os bolsonaristas tiveram de comemorar sem que colocassem suas mãos no troféu.

Battisti se tornou uma figura notória, não por ter trilhado um caminho revolucionário, nem por ser um vigoroso escritor, mas por ser um perseguido político, cujas peripécias podem servir de motivos para romances. Ele próprio escreveu uma autobiografia “Minha Fuga Sem Fim”. Em meados de 1970,

O pronunciamento de Bolsonaro de que com a extradição de Battisti se estaria fazendo justiça às vítimas do perigoso terrorista, procura esconder dos brasileiros o culto da vingança burguesa, desvinculando o ex-esquerdista dos acontecimentos dos anos 1970-80 que abalaram a Itália.

integrou-se a um dos grupos do “Proletários Armados para o Comunismo”, derivado das “Brigadas Vermelhas”. Essa década ainda ecoava o despedaçamento da Itália na 2ª Guerra Mundial. Uma Itália que deu origem ao fascismo e que dele se nutriu por duas décadas.

O pronunciamento de Bolsonaro de que com a extradição de Battisti se estaria fazendo justiça às vítimas do perigoso terrorista, procura esconder dos brasileiros o culto da vingança burguesa, desvinculando o ex-esquerdista dos acontecimentos dos anos 1970-80 que abalaram a Itália.

A queda da monarquia e a criação da República em 1946 serviram para reestruturar o poder da burguesia nas condições de reconstrução da Europa, sob o Plano Marshall. A Constituinte que amparou a República indicou as enormes dificuldades de estabilização política, embora a economia italiana voltasse a crescer. A Democracia Cristã se ergueu como principal força da política burguesa, ao lado do Partido Socialista e do Partido Comunista. Apoiou-se nos Estados Unidos, que saíram da segunda guerra definitivamente como potência hegemônica. Para governar, a Democracia Cristã (DC) foi obrigada a constituir alianças com o Partido Socialista Italiano (PSI), e com outras forças partidárias que se formaram em seguida à Constituinte. O Partido Comunista Italiano (PCI) se comportou como oposição adaptada ao parlamento, portanto, ao poder erigido após a derrocada do fascismo. A burguesia italiana se mostrou frágil diante de uma classe operária combativa, que somente não se lançou à revolução social devido à política de conciliação de classes do PCI estalinizado. As massas foram arrastadas pelas ilusões democráticas, após a trágica experiência do regime de Mussolini, como base de apoio da aliança informal entre a DC e o PSI, esco-

rada na política colaboracionista do PCI. A crise política de 1963 formalizou a aliança da DC com o PSI. Em meados de 1970, por sua vez, estabeleceu-se o “Compromisso Histórico” do PCI com a DC, cuja duração se encerrou prematuramente, com o assassinato de Aldo Moro, em 1978, pelas Brigadas Vermelhas.

A década de 1970 é marcada pelo esgotamento do processo de reconstrução das forças produtivas na Europa. A Itália é precipitada por uma grave crise financeira, impulsionada pela recessão. A classe operária e camadas dos demais explorados se deslocaram eleitoralmente para o PCI, enfraquecendo a DC. Fenômeno que só fez agravar a crise política, uma vez que não havia como resolver as profundas contradições da economia, a não ser derrubando a burguesia do poder pela revolução social. Os impasses da aliança informal ou formal entre a DC, PSI e PCI, que se desenvolveram desde a derrocada do fascismo e criação da República, se potenciaram entre as décadas de 1970 a 1990. O País, no início de 1977, chegava ao auge da crise econômica e política. As massas estudantis se lançaram contra a reforma universitária do governo, confrontando-se com a brutal repressão. Nessas condições, as Brigadas Vermelhas recrudesce os atentados. Os brigadistas se gestaram no seio da pequena burguesia exasperada com o fracasso da tríade governamental – PDC, PSI, PCI – em destravar as forças produtivas e solucionar a quebra financeira do Estado.

Nota-se que as Brigadas Vermelhas, cujo método de luta armada era oposto ao do proletariado, expressavam a desorientação de camadas da pequena burguesia, principalmente universitária, nas condições de decomposição da burguesia e de seu poder político. A DC e o PS haviam mergulhado em uma profunda corrupção. Em abril de 1976, o parlamento foi dissolvido e eleições convocadas, devido ao estremecimento provocado pelos subornos da Lockheed norte-americana a autoridades. O novo governo de Andreotti somente sobreviveu graças à colaboração do PCI.

É preciso ter claro ainda que a extrema direita também se lançou aos atentados. Oitenta pessoas foram assassinadas na explosão da estação ferroviária de Bolonha, cujo atentado foi reivindicado pelo “Núcleos Armados Revolucionários”, em 1980. Nesse momento, a Itália atravessava novos sobressaltos políticos provocados pela corrupção, que levariam à queda do governo democrata cristão e à ascensão dos socialistas, que lançariam um brutal plano de austeridade. Em 1986, as Brigadas Vermelhas estavam derrotadas e começavam os processos a centenas de seus membros. A ultradireita saía fortalecida.

A política de colaboração de classes do Partido Comunista, de um lado, e o lançamento dos ataques das Brigadas Vermelhas, de outro, serviram à burguesia, e não à classe operária. Sem dúvida, o fundamental se deveu à política dos estalinistas, que impossibilitou a organização independente da classe operária e a luta sob a estratégia própria de poder. O poderoso movimento grevista, que tomou conta da Itália de dezembro de 1979 a janeiro de 1980, foi quebrado pela burocracia sindical traidora, vinculada ao PCI e ao PSI. Os estalinistas, que se tornaram eurocomunistas, concluíram dissolvendo o PCI e constituindo o Partido Democrático de Esquerda (PDS), em 1991.

A conclusão desse período turbulento se dá com a desintegração dos partidos que criaram a república, em 1946. O que se passou com as Brigadas Vermelhas é episódico. Em 1994, a bur-

guesia italiana decidiu fundar sua segunda república. Quem irá comandar seu primeiro governo será o empresário Silvio Berlusconi. A direita ascende ao poder sob os escombros da Democracia Cristã e seus aliados. Os ex-comunistas do PDS, que se transformou em Democracia de Esquerda (DS), se mostraram impotentes diante da crise histórica da Itália, crise essa que ficou marcada pelo fascismo. O governo de Berlusconi afundou no pântano da corrupção. O poderoso capitalista, no entanto, saiu ileso. A crise econômica e política da Itália continuaram sua marcha. O atual governo que obteve do Brasil a extradição de Battisti se caracteriza por uma aliança entre a direita a ultradireita.

É importante, como se vê, entender em que condições surgiu a organização “Proletários Armados para o Comunismo”. Não tinha nada de comunismo, nem de proletários armados. Não passava de um rebento da crise que dilacerava a Itália depois do período de reconstrução do pós-guerra. O destino individual de Battisti não tem importância em si mesmo. Muito jovem, esteve preso e foi convertido na prisão à aventureira luta armada. O fundamental está em que um importante contingente que se lançou à luta com o método do terrorismo individual, portanto, alheio à classe operária, cometeu o erro de não compreender as condições históricas em que viviam e, em especial, a decomposição do PCI, o que exigia da vanguarda se colocar pela construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Os erros cometidos por Battisti não negam o fato de ter sido uma vítima da burguesia e de seu regime social historicamente esgotado. O governo socialdemocrata da França, François Mitterrand, concedeu asilo a todos aqueles que se lançaram à luta armada, desde que a renunciassem. Battisti foi um dos perseguidos pelo governo italiano que se valeu dessa concessão. De fato, já havia abandonado esse caminho. O governo direitista de Jacques Chirac revogou a lei de Mitterrand, e Battisti se refugiou no Brasil, a partir de 2004. Lula não fez senão seguir a posição do chefe do Partido Socialista Francês.

Ocorre que Temer e Bolsonaro, circundados pela imprensa monopolista, pintaram Battisti como um perigoso terrorista, e execraram Lula por ter “envergonhado o Brasil” perante a “comunidade internacional” (imperialismo), assim, ocultando que a primeira decisão foi tomada na França. É falso que se está cumprindo com a justiça. Cumpre-se, de fato, com a vingança da burguesia italiana, sob a direção da direita e da ultradireita, que se valeram da crise dos anos 1970-1980 para ocupar o poder do Estado.

O Partido Operário Revolucionário rechaça a extradição e a prisão de Battisti sobre a base desses acontecimentos. E acusa a responsabilidade do governo de Evo Morales, que negou-lhe o asilo, executou a prisão, e o enviou diretamente aos seus persecutores na Itália. Battisti, depois de anos de fuga e perseguição, se encontra no cárcere da burguesia para cumprir a prisão perpétua. É necessário que as correntes que se reivindicam do socialismo organizem uma campanha internacional em defesa de sua vida e por sua libertação. Não se trata da luta em torno de um homem ou de sua causa perdida. Trata-se da luta contra a burguesia italiana, seu governo direitista e as forças reacionárias do Brasil que viabilizaram a extradição.

***Em defesa da vida de Cesare Battisti!
Por sua imediata libertação!***

O que tem a ver o AI-5, a Constituição, os assassinatos de Marielle e camponeses e a extradição de Battisti?

17 de dezembro de 2018

Nas últimas semanas, o governo golpista comemorou os 30 anos da Constituição de 1988; os meios de comunicação lembraram os 50 anos do Ato Institucional nº 5; decorreram 9 meses do assassinato de Marielle; os camponeses Rodrigo Celestiano e José Bernardo da Silva foram assassinados; Temer assinou o ato de extradição de Battisti. Essa sequência de acontecimentos está distante no tempo. O AI-5 foi decretado, em 13 de dezembro de 1968, pela junta militar, sob o comando do general Costa e Silva. Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição, pós ditadura militar. A morte de Marielle, dos líderes do MST e a decisão de extradição de Battisti se deram sob a ditadura civil de Temer. No dia 14 de março de 2018, Marielle e seu motorista foram fuzilados. Os camponeses, assassinados em 8 de dezembro.

A distância entre o AI-5, que recrudescer o regime militar, e a reconstitucionalização correspondeu a duas décadas. Sob a égide do regime democrático-burguês, dois governos foram destituídos pela via do impeachment. Collor de Mello, primeiro presidente eleito, caiu depois de 4 anos da Constituição. E Dilma Rousseff, depois de 28 anos. Na solenidade dos 30 anos, Temer, Bolsonaro e Toffoli ressaltaram a durabilidade do regime democrático, portanto, do respeito à Constituição. Não se reconhece o impeachment como um instrumento para um golpe de Estado, uma vez que está previsto no ordenamento jurídico. A cassação do voto popular, que deu a maioria ao governo destituído, é tida como democrática. Basta a formação de uma oposição majoritária, consoante com os interesses das frações burguesas que detêm o poder econômico, para se derrubar o presidente eleito. O impeachment de Dilma tem a particularidade de a ampla frente golpista se desfazer de um governo nacional-reformista, escorado em um partido não-orgânico da classe capitalista, que é o PT. Engendraram um crime de responsabilidade fiscal para justificar a cassação do voto de 54 milhões brasileiros. Mas, para isso, foi preciso desmontar o PT, por meio de dois grandes espetáculos judiciais – “mensalão” e “petrolão”. Finalmente, para inviabilizar a volta do PT à presidência, pela via das eleições, prenderam Lula.

Temer e seu partido MDB estavam tão comprometidos com a corrupção quanto Lula e o PT. A diferença é que os crimes de Temer foram revelados e comprovados, o que nem sempre se passou com o PT. Não houve denúncia maior que as transações de Temer com a JBS. No entanto, o Congresso Nacional, que derrubou Dilma, usando, inclusive, as denúncias de corrupção ao PT, livrou Temer da ação penal. Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais, ex-presidente do PSDB, ex-senador e, agora, eleito para a Câmara de Deputados, também foi flagrado em suas negociatas com os donos da JBS. Grandes figuras da República foram denunciadas pelo Ministério Público, e continuam a decidir sobre a política do País. O presidente recém-eleito se valeu da moralidade para arrastar as massas. Ainda não tomou posse e já foi questionado sobre uma transação entre Fabrício Queiroz – assessor do deputado Flávio Bolsonaro – e a primeira dama. O fato obscuro, até agora, não foi esclarecido. Por todos os poros da política burguesa e das instituições do Estado, destacando entre eles o Congresso Nacional, transpira a podridão.

A utilização da corrupção para derrubar um governo e eleger outro, na realidade, é uma máscara aos reais problemas que emergem da crise estrutural do capitalismo. Trata-se da necessidade

da burguesia descarregar a crise econômica sobre a maioria explorada. Evidentemente, as frações burguesas também se digladiam em torno às respostas econômicas. A tendência dos explorados de reagir aos ataques e as divisões interburguesas acabam por exigir a centralização autoritária do Estado.

Temer, que exerceu a ditadura civil de transição, e o governo de Bolsonaro, organizado por militares, puderam comemorar os 30 anos da Constituição e jurar-lhe lealdade sem que precisassem vestir a máscara de democratas burgueses. Ocorre que já não existe a Constituição de 1988. Não apenas porque foi desfigurada com mais de 90 alterações, mas, principalmente, porque, sob sua guarda, foram desfechados dois golpes de Estado. E, agora, as massas, sem terem a mínima consciência do que estavam fazendo, elegeram um presidente, que tomou a liberdade de montar um governo militar, sem que precisasse disfarçá-lo com uma roupagem civil.

Os partidos, que fizeram a transição da ditadura militar para a democracia, e que se encarregaram de elaborar a Constituição, como é o caso do PSDB, MDB e DEM, caíram de joelhos diante do governo militarizado e fascizante de Bolsonaro. Assim ocorre porque a burguesia nacional, ultra dependente do imperialismo, foi e é incapaz de fundar uma democracia livre da tutela das Forças Armadas. Não conseguiu superar o caráter oligárquico do Congresso Nacional e dos demais poderes do Estado. A história da República está marcada por golpes de Estado e governos ditatoriais. Criou-se a ilusão de que os 21 anos de regime militar foram um purgatório pelo qual o País tinha de passar para forjar um verdadeiro “Estado de Direito Democrático”. O reformismo petista contribuiu consideravelmente para a montagem dessa impostura, tanto no plano ideológico, quanto no prático.

O golpe de Estado de 2016 liquidou de vez a Constituição que serviu à redemocratização. O governo usurpador e o Congresso Nacional golpista impuseram a reforma trabalhista e lei da terceirização, contra a vontade da imensa maioria da população. O PT e seus aliados reclamaram da falta de legitimidade do governo não-eleito, e pleitearam a volta da democracia, reduzindo-a às eleições. A política de colaboração de classes e de subordinação dos sindicatos à democracia burguesa oligárquica se ergueu como trava à organização independente e à edificação da democracia operária (assembleias, comitês de base, comissões fabris, autodefesa, etc.). A defesa do reformismo burguês e pequeno-burguês da democracia pressupõe o desarmamento político, ideológico e organizativo da classe operária, de forma a canalizar a luta de classes para as instituições burguesas, e frear a ação direta das massas.

É nessas condições que a burguesia se unificou em torno ao golpe de Estado. E acabou, mesmo contra sua vontade, se unificando em torno à candidatura de Bolsonaro. Essa virada para a ultradireita e para a centralização autoritária, como se vê, foi ditada pelas condições objetivas da crise econômica, que afetou gravemente a governabilidade da administração petista, e que se prolongou no governo de Temer.

A solenidade dos 30 anos da Constituição ficou esmaecida, sob um governo que resultou de um golpe, em fim de mandato, e sob um presidente recém-eleito, que se valeu do voto popular para constituir um governo militar. Não deixou, porém, de transparecer o temor de setores da burguesia quanto aos riscos que a democracia corre.

Mais significativo foi a lembrança dos 50 anos do AI-5. Nesse caso, não houve solenidade oficial. A divulgação da data coube à imprensa, cujo objetivo principal foi o de transparecer a preocupação com o que poderá fazer Bolsonaro a respeito da liberdade de expressão. As críticas foram bem dirigidas e restritas. Mostraram que a dissolução do Congresso, a intervenção sobre a justiça, a implantação da censura e a suspensão do habeas-corpus deram ao regime militar um caráter de ditadura, descaracterizando assim o golpe de 1964. As prisões, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres se deveram, portanto, à dissolução do “Estado de Direito”. É claro que não poderiam faltar comentários contrários à luta armada das esquerdas.

O que se passou em outubro de 1968 foi que a ditadura militar, que assumiu inicialmente o formato de uma ditadura bonapartista, se transformou em uma ditadura tipicamente fascista. O general Castelo Branco não pôde cumprir sua promessa de estabelecer um governo militar temporário, portanto, transitório. Governou se valendo de atos institucionais, com os quais dissolveu os partidos, e criou o bipartidarismo, suprimiu eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos, subordinou o Congresso Nacional ao Executivo, deu à Justiça Militar amplos poderes e criou a Lei de Segurança Nacional. A ditadura de Castelo Branco, no entanto, não conseguiu esmagar o movimento de massa, protagonizado, em grande medida, pela juventude estudantil. Na clandestinidade, a UNE reagiu à Lei Suplicy de Lacerda, que extinguiu as organizações independentes e as substituiu por outras ditadas pelo MEC, bem como ao Acordo MEC-Usaid.

O movimento embrionário de resistência à ditadura culminou na “Passeata dos 100 mil”, em junho de 1968, brutalmente reprimida. Em outubro, a ditadura cercava o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, realizando prisão massiva. Ao lado desses acontecimentos, os metalúrgicos começaram a se reorganizar. Em abril, os operários da Belgo-Mineira deram o primeiro passo na luta contra o rebaixamento salarial, a destruição de direitos e pelas liberdades políticas. Foi, porém, a greve com ocupação de fábrica na Cobrasma, em Osasco, que o confronto alcançou uma dimensão insuportável ao general Costa e Silva. Os militares cercaram os grevistas, ameaçaram dar um banho de sangue e, finalmente, centenas de operários foram presos. A ditadura não tinha como conviver com a crescente contestação operária e estudantil.

O AI-5 se tornou uma arma, em primeiro lugar contra o movimento antiditadura e antigolpe de 1964. A junta militar não poderia ser limitada por nenhum instrumento do Estado e das organizações civis da própria burguesia, como é o caso da imprensa, diante da luta de classes que se potenciava. Essa situação criou um terreno fértil à resistência armada, assumida pela maioria das correntes de esquerda, que não se deram conta que o método foquista de combate se dava à margem da classe operária.

O governo seguinte, do general Médici, aproveitou para destruir fisicamente os quadros partidários e as direções sindicais que passaram ou não à luta armada. Os traços fascistas da ditadura militar foram às últimas consequências, valendo-se do método da guerra civil contra os adversários, que não possuíam capacidade de travar o combate nesse campo.

A redemocratização, que culminou com a nova Constituição de 1988, não se baseou nessa experiência – nem poderia se basear – para pôr fim à tutela das Forças Armadas sobre a democracia. Essa tutela foi recolocada com o golpe de 2016 e, agora, se manifesta mais amplamente com a eleição de um político oriundo da classe média que, na condição de ex-militar, conservou as noções fascistas, germinadas no período da ditadura militar.

Manifesto

Não se podem desvincular acontecimentos recentes, como o assassinato de Marielle, dos camponeses líderes do MST, e a ordem de extradição de Cesare Battisti. Marielle foi fulminada quando ocorria a intervenção das Forças Armadas no Rio de Janeiro, a mando de Temer. Até hoje, não se tem uma investigação com resultados palpáveis. Pouco se divulgou sobre o fuzilamento de Celestino e Bernardo da Silva. Encapuzados, simplesmente, invadiram o acampamento D. José Maria Pires, e descarregaram suas armas no alvo premeditado. Mais dois camponeses, que desafiaram os latifundiários entrarão nas estatísticas de assassinatos no campo. São esses acontecimentos da luta de classes que medem o grau da democracia existente no País. O que quer dizer que indicam um caminho pelo qual a burguesia recorrerá mais amplamente para defender seu Estado e a grande propriedade privada dos meios de produção.

A extradição do italiano Battisti é uma ação típica de uma ditadura, que comunga com um governo de um país que deu origem ao fascismo e que nunca foi capaz de erradicá-lo definitivamente. A busca por Battisti é antiga e passou por vários governos. Mas, no momento, a Itália é governada pela direita fascizante. O governo do PT, na gestão de Lula, fez o mínimo de um governo que se reivindica democrático. Battisti participou da luta armada na década de 1970, portanto, há 48 anos, incorrendo no erro de outras organizações foquistas, que acreditaram no terrorismo como método de violência individual, possível de derrotar a burguesia à margem do desenvolvimento político da classe operária. O foquismo – o terrorismo individual – sempre foi rejeitado e combatido pelo marxismo, porque é a negação do partido revolucionário no processo de transformação do capitalismo em socialismo. Os crimes imputados a Battisti pela Justiça italiana são de caráter político, mas transformados em crimes comuns. Essa falsificação tem servido aos governos italianos para manter a perseguição sistemática, durante tantos anos, que se tornou uma questão de vingança de classe da burguesia. Temer, no apagar de seu governo, pondo-se de acordo com Bolsonaro, fez o trabalho sujo, típico de uma ditadura civil, como a qualificou o POR.

É necessário lembrar que a ditadura militar no Brasil torturou, matou e desapareceu com os corpos de centenas de adversários. Agora mesmo, reconheceu-se a ossada de Aluísio Palhano, cujos restos mortais foram enterrados clandestinamente em uma vala comum, no município de Perus. Os torturadores e assassinos receberam como prêmio a anistia decretada pela própria ditadura, com a conivência daqueles que iriam dirigir a redemocratização. O reconhecido torturador coronel Ustra foi inocentado pela mesma justiça que hoje entrega Battisti a um governo fascizante. Não houve democracia alguma capaz de condenar sequer um militar e policial pelas barbaridades que cometeram contra os presos políticos indefesos.

Esse percurso deve alertar a classe operária e sua vanguarda sobre o caminho que poderá tomar o governo militar de Bolsonaro. A experiência histórica mostra que o bonapartismo é a antes-sala do fascismo.

Que os assassinos de Marielle, Celestino e Bernardo sejam imediatamente apresentados e punidos!

Que se revogue a extradição de Battisti!

Organizemos, desde já, a luta de resistência ao governo militar, ditatorial e fascizante de Bolsonaro!

Lutemos sob a bandeira da democracia operária e de sua independência de classe!

Nesta edição:

- **Venezuela:** *Comunicado do CERQUI - Fora o imperialismo da Venezuela! Em defesa de sua autodeterminação!*
- **Venezuela:** *Somente o proletariado e a maioria nacional oprimida podem derrotar a contrarrevolução.*
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Comunicado do CERQUI diante da tentativa de golpe na Venezuela

Fora o imperialismo da Venezuela! Em defesa de sua autodeterminação!

24 de janeiro de 2019

- 1) Rechaçamos qualquer forma de intervenção do imperialismo e de seus lacaios, mediante ações militares, diplomáticas, sabotagem ou bloqueio econômico; não lhes reconhecemos nenhuma autoridade para dar um veredito sobre se as eleições foram ou não legítimas.
- 2) A grave crise econômica na Venezuela e o sofrimento das massas são provocados pela sabotagem da burguesia e pelo bloqueio econômico do imperialismo. Isso não elimina a responsabilidade do governo chavista pela calamidade do país. O chavismo se negou a enfrentar o imperialismo, expropriando a burguesia e o capital financeiro. O cerco do imperialismo e a incapacidade do chavismo de quebrar a sua ofensiva confirmam que somente o proletariado organizado pode derrotar o imperialismo e materializar a libertação nacional e social.
- 3) O verdadeiro objetivo do imperialismo é o petróleo da Venezuela. Trata-se de uma das mais importantes reservas do mundo, sendo um petróleo de melhor qualidade. Os Estados Unidos têm em mira controlar diretamente todos os recursos petrolíferos da região.
- 4) A classe operária e os oprimidos da Venezuela deverão resolver a defesa do seu país. Eles são os únicos que podem validar ou não as eleições, são eles os que podem resolver os problemas de seu país; defendemos incondicionalmente a autodeterminação da Venezuela.
- 5) O ataque do imperialismo afeta toda a América Latina, não somente a Venezuela. Uma derrota do povo da Venezuela pelas mãos do imperialismo é uma derrota para toda a América Latina. É necessário defender urgentemente a Venezuela, que há muitos anos vem sendo perseguida, com objetivo de acabar com o ciclo de governos nacional-reformistas. Essa virada agressiva do imperialismo norte-americano está relacionada com a guerra comercial que impulso-

O verdadeiro objetivo do imperialismo é o petróleo da Venezuela. Os Estados Unidos têm em mira controlar diretamente todos os recursos petrolíferos da região.

na, que procura recuperar o seu papel hegemônico e escapar da profunda crise em que se encontra, desde 2008.

- 6) Está vivo na memória o golpe contra Dilma Rousseff no Brasil, para impor Temer como presidente, e a impugnação do principal candidato opositor, com o aval desses mesmos personagens. O imperialismo norte-americano esteve por trás de todos os golpes militares na América Latina, é responsável pelos maiores massacres de nossos povos; como, por exemplo o golpe fascista de Pinochet, no Chile, e o Plano Condor.

Na atualidade, Trump, Bolsonaro, Piñeira, Duque e Macri são a máxima expressão do autoritarismo em nossa região.

- 7) Diante do fracasso de todas as vias que a oposição burguesa tentou para derrubar o governo chavista, a política do imperialismo visa a promover uma guerra civil para destituir Maduro, e impor um gover-

no servil. Alertamos a classe operária sobre essa perspectiva. Diante dessa ameaça, a resposta operária deve ser a de expropriar os grandes capitalistas, os latifundiários e as multinacionais, para eliminar a base material do golpismo, tarefa que somente pode ser imposta pelo governo operário e camponês. Nessa perspectiva, está colocada a organização imediata de uma frente única anti-imperialista, que passe por cima de todas as limitações e incapacidades do chavismo para resolver os problemas nacionais.

Chamamos os sindicatos e partidos políticos, que se reivindicam da classe operária e da luta contra o imperialismo, a se pronunciarem e se mobilizarem contra o golpe em marcha do imperialismo.

Fora o imperialismo da Venezuela e da América Latina!

Somente o proletariado e a maioria nacional oprimida podem derrotar a contrarrevolução

O imperialismo tem como certo que a crise venezuelana entrou na fase decisiva do desfecho. No Brasil, a imprensa refere-se à “agonia de uma ditadura”. Um grande cerco foi montado, sob a direção dos Estados Unidos. A ofensiva contra o governo Maduro caracteriza-se pela intervenção imperialista nos assuntos internos do país, apoiando-se para isso no entreguismo e servilismo da oposição pró-imperialista, agora chefiada por Juan Guaidó. Combinam-se medidas militares e diplomáticas desde o exterior, junto à sabotagem econômica, às pressões para dividir as Forças Armadas e, assim, criar as condições para uma guerra civil. Os Estados Unidos, organismos internacionais e governos latino-americanos vestem a máscara diplomática da “defesa da democracia” e do “humanitarismo”, como se fossem salvadores do povo venezuelano. Ocultam o interesse dos Estados Unidos e das petroleiras em colocarem as mãos sobre as ricas reservas petrolíferas da Venezuela.

Tudo converge, em última instância, para a capacidade do governo norte-americano e da oposição pró-imperialista de arrastar uma fração do comando das Forças Armadas para a ação decisiva. Trump está disposto a empurrar os venezuelanos para a guerra civil e abrir caminho para o intervencionismo. A máscara democratizante somente pode ter êxito na medida em que o golpe militar compareça como expressão das necessidades e interesses populares. O que exige arrastar importantes setores das massas às posições golpistas. Mas, essa estratégia se choca com a atitude servil e entreguista da oposição. Importante parcela da população enxerga os opositores como marionetes dos interesses externos. Não por acaso, as mobilizações contra Maduro da última semana não conseguiram mobilizar amplas massas, como fizeram no passado. Mas, também o chavismo não consegue arrastar as bases sociais que lhe serviram de fortaleza contra a reação. O imperialismo terá de ir fundo nos meios conspirativos e recrudescer ainda mais o cerco econômico e político.

As tentativas de insurreição do Forte Paramacay, no estado de Carabobo, em 2017, e de um grupo rebelde da Guarda Nacional Bolivariana (GNB), de 21 de janeiro de 2019, indicam a via golpista imperante. Ambos os levantes foram orquestrados pela oposição e pelo imperialismo. Deviam servir de base de manobra ao intervencionismo externo. Esbarraram na apatia e indiferença da população. Os apelos para que as massas tomassem as ruas não ecoaram em grandes mobilizações populares. É nessas condições que passou a jogar um papel relevante a estratégia de avançar o intervencionismo externo.

O essencial na situação está no fato do chavismo ser incapaz de combater até as últimas consequências para derrotar em toda a linha a oposição e o imperialismo. O que exigiria romper a espinha dorsal do golpismo, expropriando o grande capital, e se apoiar na iniciativa revolucionária das massas. Ao se manter no quadro da desfigurada democracia formal, desconhecida pela oposição, que chegou ao ponto de se autoproclamar “governo de transição”, o chavismo acaba favorecendo os objetivos da frente golpista pró-imperialista.

Nessas condições, o Grupo de Lima deu um ultimato a Maduro para que abandonasse o poder a Guaidó. Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, etc. assinaram um documento em que exigiram entregar o poder à Assembleia Nacional, “até que novas

eleições presidenciais democráticas” fossem realizadas. A manobra foi completada pela declaração da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em face da negativa do governo chavista em aceitar, passou a reconhecer Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional (AN), como “presidente interino e legítimo” do país.

Foram precisamente os governos latino-americanos e a oposição pro-imperialista que chamaram os venezuelanos a boicotarem as eleições de 20 de maio de 2018, pela suposta falta de “garantias democráticas”. O objetivo dessa manobra veio à luz do dia no começo de janeiro, quando se declarou o governo de Maduro “ilegítimo” e o imperialismo interveio diretamente para reconhecer Guaidó o presidente de um pretenso “governo de transição”, sob a condução da Assembleia Nacional (AN), controlada pela oposição e pelo imperialismo.

Nota-se que o boicote às eleições e o rompimento da democracia formal serviram ao reconhecimento diplomático de um governo paralelo, sob a indicação dos Estados Unidos. Eis por que a AN se transformou em órgão político voltado ao golpe de Estado. A bandeira da legitimidade não passa de uma farsa, que serve ao intervencionismo estrangeiro. Se bem que há muito tempo o imperialismo trabalha para a remoção do nacional-reformismo chavista do poder, as condições sociais e políticas internas impediram-lhe avançar nesse objetivo. O golpe contra Chávez, em 1992, projetou a irrupção das massas e encontrou na unidade do exército um entrave. Colocou-se, então, para o imperialismo a via do fortalecimento eleitoral da oposição. A mudança de tática permitiu a conquista da maioria parlamentar. Parecia que estavam dadas as condições para uma transição “pacífica”, sob a máscara democratizante das instituições. O contragolpe do chavismo, convocando a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), colocou um obstáculo a esse desenvolvimento. A retomada das mobilizações de rua da oposição reascendeu a perspectiva do golpismo. Mas, se chocou, mais uma vez, com o apoio das Forças Armadas a Maduro, e concluiu com a desagregação da oposição, que compareceu dividida e isolada perante as massas.

O percurso da crise mundial e as mudanças políticas na América Latina permitiriam uma virada a uma nova ofensiva golpista, desta vez amparada diretamente nas movimentações intervencionistas de Trump. O esgotamento do ciclo dos governos nacional-reformistas no continente, e a ascensão dos governos abertamente pró-imperialistas abriram uma nova etapa do plano para a remoção do chavismo. Os golpes de Estado em Honduras, Paraguai e Brasil, assim como a queda eleitoral do kirchnerismo, na Argentina, e do correísmo, no Equador, criaram as condições para que a frente golpista internacional pudesse avançar. Trump, finalmente, conseguiu alinhar todos esses governos nas decisões do Grupo de Lima e da OEA.

O agravamento da ofensiva intervencionista e a subordinação direta das movimentações internas às manobras externas do imperialismo decorrem do agravamento da guerra comercial e aprofundamento dos choques mundiais. O intervencionismo imperialista está fundamentalmente dirigido a romper os vínculos econômicos que a Rússia e a China vêm firmando na Venezuela, assim como na América Latina. O controle sobre as fontes de matérias-primas está no centro do objetivo norte-americano de der-

rubar o governo nacionalista venezuelano.

Para a Rússia, a queda do chavismo no poder significaria a perda de suas posições na exploração das jazidas da Cuenca do Orinoco, a maior e mais rica em petróleo de alta qualidade do mundo. De fato, a estatal russa Rosneft participa em cinco projetos de petróleo e gás da estatal venezuelana PDVSA (de 26% a 40% de controle nos empreendimentos de exploração). A mesma empresa é credora na ordem de 6 bilhões de dólares do Estado venezuelano. Soma essa que, acrescida de 11 bilhões de dólares em empréstimos, nos últimos 20 anos, compõe o quadro de interesses russo no país.

O mesmo se passa com a China, que emprestou à Venezuela 62 bilhões de dólares (40% do total de empréstimos desse país na América Latina), dos quais o chavismo pagou um terço em espécie, entregando petróleo (5% das importações chinesas). A China importa também mineiros, ouro e outras matérias-primas. Tudo indica que a Venezuela também é possuidora de importantes jazidas de urânio. É considerável, nesse contexto, o fato de a China se ter tornado o principal exportador para a Venezuela de manufaturas.

O imperialismo não pode permitir que essas relações políticas e econômicas continuem a vigorar. A derrocada do chavismo é uma via para romper esses laços de interdependência. Em outras palavras: o intervencionismo servirá para pôr nas mãos dos monopólios e do capital financeiro norte-americano o controle da produção dos gigantescos recursos naturais do país e de todo o continente. Nesse estrito sentido, o país nada mais é que um elo na luta mundial do imperialismo norte-americano em torno a uma nova partilha do mundo.

Essa constatação explica por que, logo que anunciada a formação do “governo paralelo”, Trump ordenou o bloqueio dos fundos financeiros da estatal PDVSA no exterior, colocando-os a serviço da oposição contrarrevolucionária. Tal medida demonstra que Guaidó nada mais é que o agente político da transferência da exploração dos recursos naturais da nação oprimida das mãos da Rússia e China para a dos Estados Unidos. Não por acaso, já começaram a negociar os futuros contratos de exploração do petróleo venezuelano pelos monopólios norte-americanos. De fato, a Assembleia Nacional já designou representantes comerciais e diplomáticos para acertar com os países estrangeiros os futuros acordos comerciais.

Observa-se que se repetem na Venezuela as manobras e medidas já praticadas em larga escala pelo imperialismo na Líbia. Trump pôs à luz-do-dia a vigência dessas medidas na campanha eleitoral, em 2012, quando disse que estava “*interessado na Líbia se tomamos o petróleo. Se não tomamos o petróleo, não há interesse*”. Recentemente, o assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, John Bolton, reconheceu, explicitamente, que Trump planeja acabar com o controle estatal do petróleo, e que os EUA “*produzam o petróleo na Venezuela*”.

Nota-se que o imperialismo empurra a Venezuela a uma guerra civil. Essa via tem sua lógica e seus métodos. A ruptura das relações diplomáticas, as ameaças militares, o confisco das riquezas e dos fundos nacionais pelo imperialismo constituem diferentes meios dirigidos a um mesmo fim: impor um governo títere do imperialismo. Eis por que a declaração de “ilegitimidade” do governo Maduro não tem a ver com o processo eleitoral. Trata-se tão somente de acobertar o golpismo e intervencionismo estrangeiros. As correntes que se reivindicam do marxismo e repetem a mesma

palavra de ordem servem, em última instância, à política traçada pelos EUA. Colocando-se desse modo no campo da reação. Isto é, servem objetivamente ao programa e aos métodos imperialistas de derrocada do chavismo.

O essencial para as massas venezuelanas e latino-americanas está em compreender que, se o imperialismo avançar em seus objetivos, imporá o saque ao País, com faz em toda a parte, e reforçará a opressão nacional em toda a América Latina. O chavismo se demonstrou incapaz de impor a independência nacional da Venezuela. O que exigia a revolução agrária, expropriação da grande propriedade, estatização de capital financeiro, e implantação do monopólio estatal do comércio exterior. A procura de equilibrar-se no poder, sobrepondo-se às pressões do imperialismo e da oposição burguesa interna, inevitavelmente levaria a Venezuela ao caos econômico e à imposição de severas condições de existências da maioria oprimida. O regime chavista acabou por servir à camarilha de militares que têm interesses próprios, e não podem romper com o imperialismo, embora estivessem e estão em choque com os Estados Unidos. As Forças Armadas, por constituírem um dos pilares do Estado burguês, voltarão a servir ao imperialismo. Acabarão como instrumento da contrarrevolução. Somente o armamento da população, sob a política e o programa do proletariado, pode evitar o golpe de Estado, e afastar a possibilidade da guerra civil. O governo chavista deve ceder passagem

O intervencionismo servirá para pôr nas mãos dos monopólios e do capital financeiro norte-americano o controle da produção dos gigantescos recursos naturais do país e de todo o continente. Nesse estrito sentido, o país nada mais é que um elo na luta mundial do imperialismo norte-americano em torno a uma nova partilha do mundo.

à revolução e à constituição de um governo operário e camponês. Caso contrário, não resistirá por muito tempo às poderosas pressões mundiais do imperialismo e da burguesia latino-americana. As massas que o apóiam se mostram cansadas, e não veem como o governo resolverá a crise que pôs na ordem do dia a revolução e a contrarrevolução.

Certamente, a balança pesa em favor da derrocada de Maduro e da volta da fração burguesa pró-imperialista ao poder. Os Estados Unidos estão prontos para se apossarem do comando econômico do da Venezuela, e utilizar a vitória para disciplinar os governos latino-americanos por trás das diretrizes de Trump. Apesar da situação desfavorável, é possível uma virada, uma vez que as camadas mais politizadas dos explorados ainda têm esperança em derrotar os vende pátria. É urgente o armamento do povo, criação de organismos da democracia operária e expropriação da burguesia e do imperialismo. A indústria, a reserva de petróleo e toda fonte de matéria-prima devem ser imediatamente colocadas sob o controle operário e popular. Há que erguer uma poderosa frente única anti-imperialista, sob a bandeira de independência nacional e autodeterminação da nação oprimida.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional combate a intervenção do imperialismo, e se coloca pelo incondicional direito da Venezuela à autodeterminação. Defende que a via da derrota da contrarrevolução depende da superação do nacionalismo burguês e da constituição de um governo operário e camponês, que encarne a ditadura do proletariado.



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas 579, expusemos em que condições o partido está obrigado a intervir com suas candidaturas, e os fundamentos da tática eleitoral formulados por Lênin. A conquista de postos na IV Duma, em 1912, reascendeu as discussões entre bolcheviques e mencheviques, em torno à tática e as tarefas a serem desenvolvidas pelos parlamentares do POSDR. O problema estava em elaborar uma declaração que servisse de guia programático. Lênin participou com o escrito *“Sobre certos discursos dos deputados operários”*. As primeiras declarações na Duma deveriam expressar os principais problemas gerais do País e, em particular, do movimento operário.

Lênin enumera nove pontos: 1) a continuidade das posições desenvolvidas nas Dumas anteriores; 2) defesa do socialismo; 3) sobre a guerra dos Bálcãs; 4) sobre a situação política da Rússia; 5) a opressão sobre os camponeses; 6) as três forças que compareceram nas eleições da IV Duma; 7) a importância das greves de 1912; 8) sobre a luta do proletariado pela hegemonia; 9) síntese das posições. Outros aspectos poderiam ser agregados.

Lênin recomenda que se retomassem as experiências que resultaram da intervenção revolucionária nas Dumas anteriores, principalmente as da II Duma, *“considerando o conhecido ataque de que foi objeto por parte da contrarrevolução”*. Distintamente dos partidos burgueses, os deputados marxistas mantiveram a linha revolucionária, sem interrompê-la diante das mudanças conjunturais. Em outras palavras, desenvolveram a política do proletariado em torno a objetivos invariáveis. Essa conduta somente foi possível porque os deputados socialdemocratas cumpriram a tarefa determinada pelo programa da revolução.

Era necessário, portanto, logo no primeiro pronunciamento, se colocarem como deputados comprometidos com o objetivo histórico do socialismo. Na III Duma, se afirmou que o POSDR *“é um destacamento do exército internacional do proletariado socialista”*. Deveria se reafirmar na IV Duma. Mas, os deputados operários estavam obrigados a tratar de dois pontos da situação do momento. Eis: *“a) a extrema agudização da luta entre a classe operária e a burguesia; b) a aproximação da instauração do socialismo”*.

Era obrigatório fixar uma posição sobre a guerra dos Bálcãs, que se havia iniciado em outubro de 1912. Lênin formula a bandeira de *“República Federativa dos Bálcãs”*, como via para solucionar o conflito eslavo-turco. Diante da ameaça de intervenção das potências, desde a Duma, os deputados deveriam

rechaçar qualquer ingerência imperialista. Era preciso, também, denunciar e combater *“a política exterior do governo russo em geral, lembrando especialmente a ânsia de conquista (e do começo das conquistas) do Bósforo, da Armênia turca, Pérsia e Mongólia”*. Estava colocado enfrentar a política nacionalista do governo que levava à opressão nacional. A bandeira de *“Autodeterminação política de todas as nacionalidades”* estava na ordem do dia. Haveria também de demonstrar que o *“nacionalismo liberal”* dos Kadetes e seus discursos chauvinistas sobre a Grã-Rússia voltavam-se ao saque de outros países mais débeis.

A opressão política era uma decorrência da crise revolucionária, pela qual passava a Rússia. Está aí a importância da reivindicação de liberdade política (liberdade de imprensa, associação, reunião e greve). A luta democrática se dirigia contra as bases do regime. Era preciso *“evidenciar a fraude nas eleições-métodos bonapartistas”*, bem como mostrar aos explorados o vínculo dessas lutas com *“as mudanças radicais de todo o sistema político”*. Estava colocada a defesa das condições de existência das massas camponesas. A experiência da III Duma, que arquivou *“o modesto projeto agrário de camponeses de direita”*, comprovava a indisposição

da aliança burguesa-monárquica, de livrar os camponeses do jugo dos latifundiários. Essa era uma tarefa do movimento revolucionário.

Quanto às forças políticas que marcaram as eleições da IV Duma, verificavam-se três campos. O do governo, que precisou da fraude eleitoral para se manter. O que refletia sua impotência. O campo do liberalismo, que encarnava a contrarrevolução. Tratava-se de um engano a esperança em uma reforma constitucional, que mantinha as bases do regime arcaico. E o terceiro, representado pela socialdemocracia revolucionária, que se apoiou em três pilares: *“1) república democrática; 2) jornada de oito horas; 3) confisco de todas as terras dos latifundiários em favor dos camponeses”*.

A greve de 1912 tinha uma importância especial. Isso por que se configurou como greve política, fixando objetivos que interessavam a todo o povo. Expôs o vínculo entre as reivindicações econômicas e políticas, principalmente em protesto contra a execução de marinheiros.

O oitavo ponto dizia respeito à *“hegemonia do proletariado”*. O proletariado cumpre um papel de dirigente das massas oprimidas. E, finalmente, o nono ponto correspondia à demonstração de consciência de classe e de firmeza de princípios.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XVIII)